



PROF HISTÓRIA

**Mestrado Profissional em
Ensino de História da UFU**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA-UFU**

PAULO CÉSAR MACÊDO

**REVISIONISMOS E NEGACIONISMOS SOBRE A DITADURA CIVIL-
MILITAR NO BRASIL (2019-2022)**

**UBERLÂNDIA/MG
2022**

PAULO CÉSAR MACÊDO

REVISIONISMOS E NEGACIONISMOS SOBRE A DITADURA CIVIL-
MILITAR NO BRASIL (2019-2022)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA/UFU, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ensino de História

Linha da pesquisa: Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão

Orientador: Professor Doutor Cleber Vinicius do Amaral Felipe

UBERLÂNDIA/MG
2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M142 Macêdo, Paulo César, 1987-
2022 Revisionismos e negacionismos sobre a ditadura civil-
militar no Brasil (2019-2022) [recurso eletrônico] /
Paulo César Macêdo. - 2022.

Orientador: Cleber Vinicius do Amaral Felipe.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Mestrado Profissional em Ensino de História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.492>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Felipe, Cleber Vinicius do Amaral,
1986-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Mestrado Profissional em Ensino de História.
III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, 2º piso, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - inhis@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 4, PPGEH				
Data:	dezenove de agosto de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14h00	Hora de encerramento:	16h40
Matrícula do Discente:	12012HRN011				
Nome do Discente:	Paulo César Macêdo				
Título do Trabalho:	Revisionismos e negacionismos sobre a ditadura civil-militar no Brasil (2019-2022)				
Área de concentração:	Ensino de História				
Linha de pesquisa:	Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A literatura de testemunho e as convenções literárias em Primo Levi (DIRPE/PSFE Nº 010/2021)				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em [Ensino de História](#), assim composta: Professores Doutores: [Cleber Vinicius do Amaral Felipe - INHIS/UFU](#), orientador do candidato; [Gustavo de Souza Oliveira - INHIS/UFU](#) e [Jean Pierre Chauvin - USP](#).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. [Cleber Vinicius do Amaral Felipe](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

[Aprovado.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Vinícius do Amaral Felipe, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/08/2022, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Souza Oliveira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/08/2022, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Pierre Chauvin, Usuário Externo**, em 19/08/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3788229** e o código CRC **BACCAD40**.

Dedico esta dissertação aos meus filhos Clara Lindemann Rezende Macêdo, Eric Camilo Rezende Macêdo e Ísis Mendonça Macêdo, minha maior inspiração na luta por uma sociedade justa. Dedico, também, a todas as vítimas da ditadura civil-militar brasileira, perseguidas, silenciadas, torturadas e exiladas.

AGRADECIMENTOS

Apesar de todos os meus esforços, escolhas e privações para dedicar-me à produção dessa dissertação que se desenvolveu, em grande parte, durante o auge da pandemia causada pela Covid-19 (2020-2021), sinto-me no dever de mencionar que esse trabalho não se realizaria sem alguns auxílios fundamentais. Em primeiro lugar, sem a confiança e o trabalho do meu orientador, o Prof. Dr. Cleber Vinicius do Amaral Felipe, eu certamente não teria me empenhado em pormenores que fizeram toda a diferença na construção dos argumentos apresentados.

Também foi essencial, nessa trajetória, o apoio de alguns professores das disciplinas que cursei em de 2020 a 2022, além da ajuda de ex-professores da minha graduação, que novamente participaram de alguma forma da minha formação acadêmica, sempre me instigando ao debate e ao aprofundamento nos estudos. Nesse momento, agradeço, em especial, às professoras Mara Regina do Nascimento, Daniela Magalhães Silveira, Josianne Francia Cerasoli e aos professores Amon Santos Pinho, Guilherme Amaral Luz, Newton Dângelo e Jean Luiz Neves Abreu.

Sou muito grato aos meus colegas de pós-graduação, que participaram de forma colaborativa em todos os momentos decisivos de nossa trajetória. Apesar das dificuldades encontradas por cada um ao longo do curso, tive a sorte de contar com o apoio e a amizade dos mesmos, servindo-me de inspiração para continuar tal jornada. A esses amigos, portanto, o meu muito obrigado pelos debates enriquecedores nas aulas, pelas conversas e até pelas brincadeiras em um momento tão difícil que todos passávamos vivenciando uma pandemia.

Falando de amigos, meu agradecimento especial ao meu colega de graduação e de profissão, que sempre me estendeu a mão quando pedi ajuda, Lázaro Cândido de Souza Junior (Lazin) que, com seu conhecimento em design gráfico, não mediu esforços para me ajudar na materialização do instrumento pedagógico (álbum de figurinhas), que até então, permanecia apenas no campo das ideias. A ele, meu eterno agradecimento.

Não poderia deixar de agradecer, também, aos meus familiares, em especial, à minha mãe, Vânia Gomes de Macêdo, que diversas vezes me recebeu com meus filhos em sua casa para que, enquanto ela se dedicasse aos netos, que esperavam por minha atenção, eu pudesse me dedicar à dissertação. Por isso, serei mais uma vez, eternamente grato a ela.

Seria, no mínimo injusto, esquecer do apoio que tive da minha companheira Joice Venâncio Mendonça, uma mulher que sempre me incentivou em meus propósitos, mas principalmente, compreendeu que a pós-graduação sempre foi o meu desejo, e por isso, nos

últimos dois anos, se dedicou a suprir a falta da minha presença na vida de nossa filha Ísis Mendonça Macêdo, enquanto eu me dedicava aos estudos por semanas e até meses. Ao gerar uma criança, Joice trouxe mais amor e alegria em nossas vidas e, graças ao seu cuidado e dedicação maternal possibilitou que eu pudesse cumprir meus prazos e concluir minha dissertação. Por isso, minhas sinceras desculpas pela minha ausência neste período, e principalmente, minha eterna gratidão.

Por fim, meus agradecimentos a todos os servidores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que defendem a educação pública gratuita e de qualidade. Eu realmente não sei o que seria da minha vida sem essa universidade. Atualmente confesso que, pelos meus filhos, tenho medo do futuro, porém, contem comigo na luta contra a precarização do ensino público no Brasil.

Os revisionistas não querem destruir a verdade, mas a tomada de consciência da verdade.

Pierre Vidal-Naquet

RESUMO

Pretende-se retomar e analisar narrativas revisionistas e negacionistas propagandeadas sob o governo Bolsonaro, por políticos governistas e correligionários bolsonaristas que defendem, justificam ou negam o golpe de 1964 e as ações assumidas pelo estado durante a ditadura civil-militar. Com esta dissertação intenta-se confrontar e desconstruir tais narrativas por meio da reflexão sobre a construção de memórias da ditadura no Brasil contemporâneo, recorrendo à História do Tempo Presente e também, à relação entre Memória e História. Para isso, confrontou-se trechos de discursos e entrevistas de teor revisionista e negacionista do atual presidente Jair Messias Bolsonaro e de alguns de seus correligionários com trechos de obras de historiadores e intelectuais que se aprofundaram sobre o período estudado de forma crítica. Sendo assim, busca-se estimular a discussão sobre as permanências e rupturas do regime militar nos espaços públicos com os alunos e, a partir disso, promover uma reflexão sobre o período passado e o presente. Finalmente, foi produzido um material pedagógico na forma de álbum de figurinhas, com trechos de discursos, entrevistas, notas oficiais, textos historiográficos e imagens sobre alguns dos principais tópicos discutidos acerca do período 1964-1985, de modo a permitir a materialização do conteúdo e das experiências compartilhadas, para que os alunos exercitem suas análises críticas de forma responsável e ética. O material ficará disponível para a utilização de professores e alunos da rede básica de ensino.

Palavras-chaves: Revisionismo. Negacionismo. Ditadura. Ensino de História. Linguagens políticas. Processos históricos recentes.

ABSTRACT

Our intention is to study and analyze revisionist and negationism propagated, during the Bolsonaro's government, orchestrated by governist politicians and Bolsonaro coreligionists. These people defend, justify or deny the 1964 coup and agree with the state policies implemented by the civil-military dictatorship. This research aims to confront and deconstruct such narratives through the reflection about the construction of memories of the dictatorship in contemporary Brazil, using the History of the Present, also the relationship between Memory and History. For that, excerpts from speeches and interviews with a revisionist and negationist content of the current president in Brazil, Jair Messias Bolsonaro and some of his co-religionists were compared with excerpts from works by historians and intellectuals who studied the period in a critical way. Therefore, we seek to stimulate a discussion about the permanence and rupture of the military regime in public spaces with students, from that we aim to promote a critical reflection on the past period and the present. Finally, a pedagogical material was produced in the form of a sticker album, with excerpts from speeches, interviews, official notes, historiographical texts and images about some of the main content discussed about the 1964-1985, in order to allow the functionality of the material produced, so that students can exercise their criticism in a responsible and ethical way. The material will be available to be used by students and teachers of the basic education.

Keywords: Revisionism. Negationism. Dictatorship. History Teaching. Political languages. Recent historical processes.

LISTA DE SIGLAS

ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
ANPUH	Associação Nacional de História
CIA	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
CIE	Centro de Informações do Exército
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MPL	Movimento Passe Livre
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
USP	Universidade de São Paulo
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Capa do álbum.....	46
Figura 2	- Primeira página da lista de figurinhas sequenciadas.....	47
Figura 3	- Um dos quatorze subtemas discutidos no álbum contendo três campos em branco e suas respectivas legendas.....	48
Figura 4	- Figurinha utilizada em todos os campos que apresentam legendas com discursos revisionistas ou negacionistas.....	48
Figura 5	- Figurinhas com imagens históricas que deverão ser coladas em seus respectivos campos.....	49
Figura 6	- Fontes e referências utilizadas no álbum de figurinhas.....	50
Figura 7	- Gabarito informando o número das figurinhas e suas respectivas legendas.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O PSEUDORREVISIONISMO BRASILEIRO.....	17
1.1 Revisão: um procedimento deturpado.....	17
1.2 O revisionismo ideológico.....	19
1.3 Negacionismo, muito além da ingenuidade.....	21
2 O FORTALECIMENTO DAS NARRATIVAS REVISIONISTAS E NEGACIONISTAS NO BRASIL PÓS-DITADURA.....	24
2.1 A ascensão revisionista da extrema direita brasileira.....	24
2.2 O pseudorrevisionismo sobre a ditadura praticado por Bolsonaro e seus correligionários.....	27
3 O COMBATE EM SALA DE AULA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO HISTORIADOR FRENTE AOS DESAFIOS DO PSEUDORREVISIONISMO BRASILEIRO.....	39
3.1 O álbum de figurinhas enquanto suporte pedagógico.....	44
3.2 Utilizando o álbum.....	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE.....	62

INTRODUÇÃO

Buscamos com esta pesquisa apresentar uma análise crítica de narrativas negacionistas e revisionistas sobre o regime militar, evitar a relativização do período 1964-1985 e, por fim, problematizar, no espaço da sala de aula, os discursos que procuram negar e/ou justificar o golpe de 1964 e a violência estatal daquele tempo. Com estas questões em mente, pretendemos preparar um álbum de figurinhas que, na condição de ferramenta pedagógica com linguagem própria, possa auxiliar o aluno nessa empreitada. O intuito, portanto, é evitar a propagação e a aceitação de tais narrativas, o que requer de início, um diálogo com duas vertentes da historiografia: “História do Tempo Presente” e “História e Memória”.

Motivados pelo debate sobre “História do Tempo Presente” e “Memória e História” buscamos aporte teórico para discutir as narrativas propagandeadas pelo atual governo federal – o próprio presidente da República, seus ministros e correligionários – sobre o regime militar. A princípio, compreendemos que, para refletir sobre as permanências, rupturas e sobre as várias narrativas em disputa a respeito da ditadura civil-militar brasileira na atualidade, a História do Tempo Presente se faz necessária. Segundo Carlos Fico:

Em se tratando de um processo histórico que envolveu grande dose de violência – sobretudo a prisão arbitrária de pessoas, seguida quase sempre de tortura e, várias vezes, de morte –, a ditadura militar brasileira pode ser pensada em conjunto com outros “eventos traumáticos” característicos do século XX, o que situa esse tema no contexto dos debates teóricos sobre a História do Tempo Presente. [...] De fato, a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou”. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir.¹

A partir dessa renovação no campo da História, compreender que o tempo presente é permeado por camadas de passados, lembranças e experiências – e não apenas uma dimensão ligada ao imediato – é fundamental para orientar os rumos da pesquisa. Sendo assim, a compreensão de que o presente dialoga e se ampara na memória construída sobre nosso passado recente nos possibilita formular questões e desenvolver hipóteses de acordo com nossa realidade em sala de aula, principalmente, quando nos deparamos com a memória construída sobre a ditadura brasileira na esfera pública. Apesar das críticas voltadas à História do Tempo Presente, que expõem argumentos sobre os riscos de nos contaminarmos por interesses particulares e imediatos, pelas percepções momentâneas do passado e, também, pela falta do

¹ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos específicos: o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012. p. 44-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 10 maio 2022.

distanciamento necessário, Alessandra Gasparotto e Enrique Padrós afirmam que “A discussão acerca da legitimidade da ação do historiador sobre a História do Tempo Presente ou História Recente já está superada no debate acadêmico; é uma batalha vencida, embora ainda careça de um maior aprofundamento teórico-metodológico.”²

A partir da popularização da internet e do aumento da velocidade com que as informações e memórias são produzidas, percebemos uma realidade em que atualizamos o passado a cada momento, mesclando-o com o presente sem uma delimitação ou fronteira temporal precisas. Ao debatermos uma abordagem historiográfica que se preocupa com as presenças do passado no presente – por meio de discussões sobre as memórias construídas sob um período traumático de nossa história – resgatamos fatos e memórias do regime militar e concluímos como a “[...] nossa sociedade presentista atua na construção de uma imagem do passado, sobretudo por meio de imagens: filmes, séries, jogos, vídeos e encenações diversas como as dos Jogos Olímpicos, por exemplo.”³

Concomitante à História do Tempo Presente, os conceitos de Memória e História, enquanto fundamento teórico, são imprescindíveis para analisarmos as fontes e as narrativas que buscam justificar o regime militar, ou até negar a violência estatal a partir do golpe de 1964. Apesar da disseminação das narrativas que legitimavam o autoritarismo de estado que findava em 1985, principalmente durante a justiça de transição brasileira – que se utilizou do consenso e da pactuação visando a pacificação e a reconciliação entre civis e militares⁴ – podemos afirmar que a memória construída sobre a ditadura se torna um elemento de interesse e, também, algo fundamental para os militares desde o golpe, na década de sessenta. A partir daquele momento, a memória (re)produzida no interior das forças armadas sobre 1964 ganha espaço na sociedade civil, através da publicidade governamental e, até mesmo, por meio de discursos dos próprios recrutas em contato com os princípios da vida militar, visto que a transmissão da memória construída dentro dos espaços militares sempre alimentou o sentimento de pertencimento e a identidade destes jovens, elementos que os acompanhariam em sua possível carreira militar ou até mesmo após a sua baixa na instituição. Não pretendemos homogeneizar a memória coletiva produzida e compartilhada pelos militares, mas destacar o papel que ela possui na composição

² GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar em sala de aula – desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. In: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (orgs.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST, 2010. p. 183-201. p. 3.

³ ROMERO, Mariza. Entrevista: François Hartog. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 281-291, jul./dez. 2015. p. 286. <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70005> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/R54kjdTs9XKkLrs9TRwCWfp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 maio 2022.

⁴ BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

da identidade de cada um que a adotou como verdade e, principalmente, na construção da história da ditadura, ocultando elementos e fatos que não convinham à uma narrativa distorcida e idealizada. Sobre essa comunidade de memórias e a retórica militar que busca justificar a ditadura, Caroline Bauer destaca:

Segundo as instituições militares, as Forças Armadas salvaram a "civilização ocidental e cristã" e a pátria, cujo futuro estava ameaçado pelo comunismo ateu. Esse regime foi mantido até a promulgação da Constituição de 1988 e totalizou 24 anos de ditadura. A ditadura brasileira procurou construir mecanismos de legitimidade para não parecer um regime de exceção e isso influenciou diretamente na formação da memória social sobre os anos de autoritarismo [...] Uma dessas estratégias foi o uso pelos militares do termo "revolução" para se referir ao seu governo. "Revolução Democrática de 31 de março" e "Revolução Brasileira" foram expressões que utilizaram a avaliação positiva que o conceito teve nas décadas de 60 e 70 por representar a luta contra a opressão e pela independência no terceiro mundo. (tradução nossa).⁵

Compreender que a história e a memória são conceitos distintos, mas em constante diálogo, nos permite perceber a influência dos militares na memória social sobre a ditadura⁶. Revisitar as diferentes memórias produzidas nos “quartéis” nos possibilita encontrar possíveis respostas para as questões colocadas, atualmente, tanto em sala de aula, quanto fora dela. Nesse sentido, Licia Quinan discorre sobre alguns temas importantes, entre eles: a memória enquanto campo de construção social, o papel social do historiador/professor, as permanências da ditadura civil-militar e a memória que os jovens têm construído sobre tal período.⁷ Ao associar

⁵ “Según las instituciones militares, las Fuerzas Armadas salvaron a la ‘civilización occidental y Cristiana’ y a la patria, cuyo futuro estaba amenazado por el comunismo ateo. Este régimen se mantuvo hasta la promulgación de la Constitución de 1988 y totalizó 24 años de dictadura. La dictadura brasileña intentó construir mecanismos de legitimidad para no parecer un régimen de excepción y eso influyó directamente en la formación de la memoria social sobre los años de autoritarismo [...] Una de estas estrategias fue la utilización por parte de los militares del término “revolución” para referirse al su gobierno. ‘Revolución democrática de 31 de marzo’ y ‘Revolución brasileña’ han sido expresiones que utilizaron la valoración positiva que el concepto tenía en los años sesenta y setenta por representar la lucha contra la opresión y por independencia en el tercer mundo.”

BAUER, Caroline Silveira. A ditadura cívico-militar brasileira nos discursos de Jair Bolsonaro: usos do passado e negação. *Relac. Int.*, La Plata, v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019. p. 39-40. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204792> Acesso em: 10 maio 2022.

⁶ Um exemplo de narrativas que fazem parte da mentalidade reproduzida nos quartéis é a obra “Orvil: Tentativas de tomada do poder”. Considerada uma expressão fiel da realidade para os militares e composta pela percepção dos mesmos sobre a ditadura brasileira é uma obra que sistematiza narrativas militares conhecidas desde 1935. Foi desenvolvida entre 1985 e 1988 e proibida de circular pelo então presidente José Sarney. No entanto, o Centro de Informações do Exército (CIE) disseminou seus ideais em relatórios entre 1989 e 1991. O exército afirmou que os documentos, a partir de 1991, foram destruídos, porém, várias cópias já haviam sido distribuídas entre diferentes unidades militares, até que em 2012, Orvil foi publicado na forma de livro e hoje faz parte da bibliografia básica nos planos de disciplinas de matérias oferecidas na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

⁷ QUINAN, L. *As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor*. 2016. 84f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174562/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20profhist%C3%B3ria%20-%20Licia%20Quinan.pdf> Acesso em: 10 maio 2022.

a experiência do autor do presente trabalho em sala de aula com as reflexões de Quinan, nos coube indagar: como desconstruir narrativas negacionistas já naturalizadas sobre a ditadura no Brasil? Qual a principal dificuldade em criticar e combater fontes revisionistas e negacionistas atualmente? Estaríamos passando por uma crise da racionalidade no ensino-aprendizagem de História? Seria a tentativa de reabilitação da ditadura pelo atual governo, uma pretensão dos negacionistas? As redes sociais dominadas pela direita são campos de disputas pela memória ou mais um ambiente de aprendizagem? Como sustentar o combate às narrativas revisionistas e negacionistas da História em sala de aula? Como indicar de maneira precisa aos alunos bons conteúdos, que não ocultam ou apresentam problemas teórico-metodológicos?

Para tentar elucidar algumas destas questões, problematizando as dificuldades encontradas nas aulas sobre Ditadura Civil-Militar Brasileira no atual contexto político-social, utilizamos como principais fontes de pesquisa as narrativas de militares, personagens políticos, apoiadores do atual governo federal e do próprio Jair Bolsonaro, este que, a partir de um pseudorrevisionismo⁸, levou a discussão sobre a ditadura para a esfera social, apresentando problemas teórico-metodológicos importantes e um viés ideológico pujante. A partir de então, propomos a elaboração de um álbum de figurinhas como objeto de discussão e reflexão sobre alguns dos principais tópicos discutidos acerca do período 1964-1985 em sala de aula, com o objetivo de fazer uma análise crítica sobre os fatos e confrontar dilemas de forma responsável.⁹

Para utilizar tal instrumento didático como mais um recurso que pretende combater o negacionismo histórico sem cair em uma narrativa linear e progressiva da História, compreendemos que, ao comparar as narrativas carregadas de interesses escusos (políticos ou ideológicos) contidos em discursos, entrevistas e notas oficiais dos supostos revisionistas com os trechos das obras de historiadores, jornalistas e intelectuais, o álbum de figurinhas enquanto ferramenta pedagógica e lúdica, recheado de textos e imagens, permitirá que o estudante se

⁸ Keila Grinberg utilizou o termo quando discutiu a “falta de reação (dos historiadores) com a rapidez e a ênfase necessárias às versões da História que confundem propositadamente uma visão pseudorrevisionista com o negacionismo”. Ou seja, a utilização de um suposto revisionismo histórico para criar uma tese negacionista. Ao utilizar como exemplo o livro *Guia Politicamente Incorreto Da História do Brasil* do jornalista Leandro Narloch, Grinberg afirma que o autor tem como pressuposto, uma conhecida teoria conspiratória – doutrinação dos alunos pelos professores de História – como suporte teórico para justificar seus argumentos, algo muito comum entre os negacionistas.

GRINBERG, Keila. História e negacionismo: e agora ANPUH? **Associação Nacional de História - Anpuh Brasil**. São Paulo, 02 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f2bB6aiGaEY> Acesso em: 20 maio 2022.

⁹ AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). **Café História: história feita com cliques**. 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>Acesso em: 28 jul. 2020.

aprofunde no debate de disputa de memórias travado entre os defensores do período em questão e aqueles que analisam o mesmo de forma crítica, defendendo o estado democrático de direito.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “O pseudorrevisionismo brasileiro”, serão elucidados os conceitos básicos para se compreender melhor a essência do objeto de estudo, sendo estes: a revisão historiográfica, o revisionismo e o negacionismo histórico.

A partir de tais esclarecimentos, o segundo capítulo – “O fortalecimento das narrativas revisionistas e negacionistas no Brasil pós-ditadura” – é o espaço em que será contextualizado e discutido o objeto de pesquisa deste trabalho. Contextualizamos o aumento da radicalização política no Brasil a partir das Jornadas de Junho (2013) e analisamos alguns discursos de Jair Bolsonaro e seus correligionários sobre sete subtemas da ditadura: o golpe, a suposta ameaça comunista, o apoio popular aos militares, a censura, a tortura, a corrupção e a economia. Em contrapartida, discutimos trechos de obras historiográficas, matérias jornalísticas, entrevistas e artigos de historiadores e pesquisadores, com a intenção de auxiliar o leitor a conhecer, confrontar e desconstruir as narrativas revisionistas e negacionistas.

Por fim, o terceiro capítulo relaciona a experiência particular do autor principal da presente dissertação enquanto professor de História e reflete sobre a necessidade de novos recursos didáticos capazes de alcançar os alunos. Com isso, buscamos justificar a nossa empreitada com o álbum de figurinhas, que também é discutido de forma a auxiliar o docente na utilização do material.

1 O PSEUDORREVISIONISMO BRASILEIRO

1.1 Revisão: um procedimento deturpado

No que se refere ao negacionismo relativo a fatos amplamente estudados e divulgados pela historiografia mundial e nacional, é comum nos depararmos com as palavras revisão e/ou revisionismo. A princípio, podemos supor tratar-se de uma questão de pouca importância, ou ainda de um sinônimo. Contudo, é preciso levar em conta que a tentativa de negar os fatos históricos, normalmente, é acompanhada de uma autoridade intelectual – muitas vezes, simulada – e de técnicas questionáveis por meio das quais se busca deturpar o que conhecemos como “revisão historiográfica”. Equiparar as próprias práticas negacionistas ao ato de revisar um acontecimento histórico é algo comum entre os supostos revisionistas, que insistem na construção de suas narrativas a partir de procedimentos que não condizem com as práticas da historiografia acadêmica.

Compreende-se como “revisão historiográfica” a revisão ou releitura contínua dos acontecimentos passados a partir de novos dados, evidências, documentos, aportes teóricos e critérios metodológicos. A ressignificação e reinterpretação da história não devem ser consideradas práticas que suplantam ou negligenciam o trabalho historiográfico anterior, pois enriquecem o debate, desde que não sejam feitas a partir de critérios carregados de subjetividades que manipulam de forma enviesada as novas evidências.

A verdade, conceito abstrato desde os primórdios da filosofia, se concretiza na produção historiográfica a partir da junção entre ciência (critérios metodológicos) e arte (narrativa). Logo, ao considerarmos que o conhecimento construído na/pela História é carregado de verdade(s), ou seja, de um esforço no sentido de evitar aquilo que é falso, tal conhecimento sempre será passível de revisão. A partir desta premissa, não devemos desqualificar os consensos acadêmicos ou os paradigmas epistemológicos das diversas correntes historiográficas, sob pena de nos tornarmos reféns de uma história única.

O século XX foi marcado pelo avanço de novas interpretações e correntes teórico-metodológicas dentro da historiografia, pelo surgimento de novas evidências e pelo aprimoramento de técnicas arqueológicas e de outras áreas da ciência. Com isso, são vários os exemplos de revisões historiográficas ocorridas ao final do segundo milênio em todo o mundo. Podemos citar, entre vários exemplos, as constantes retomadas da periodização eurocêntrica da história, as revisões contemporâneas sobre as possíveis rotas dos seres humanos rumo ao continente americano, além de novos estudos sobre a origem da escrita fora da região do

Crescente Fértil. Porém, gostaríamos de elucidar um exemplo de revisão historiográfica a partir da Micro-História.

Sandra Lauderdale Graham, em sua obra *Caetana Diz Não - Histórias de Mulheres da Sociedade Escravista Brasileira*¹⁰, apresenta um trabalho que tem como cenário o Brasil rural do século XIX, especificamente, o Vale do Paraíba, em um momento que a produção cafeeira estava mais conectada com o escravismo do que com o trabalho imigrante. A autora descreve duas histórias de mulheres de diferentes períodos, porém, os contrastes entre elas mostram semelhanças dentro daquela cultura. As duas protagonistas são mulheres comuns que possuem algumas peculiaridades que ficaram registradas. No capítulo *O patriarcado perturbado*, a autora narra a história de um proprietário de escravos que arranjou o casamento de dois deles, entre Caetana e Custódio. O casamento é realizado, mas a jovem escrava doméstica se recusa a deitar-se com o marido e participar de uma união arranjada. Obstinação a não manter tal relacionamento, convence seu proprietário a anular o matrimônio, dando início a um processo de quatro anos, até o julgamento em 1840. A autora parte deste processo jurídico para analisar como se dava a posse de terra no Brasil, a importância da cafeicultura para essa região, conexões entre o público e o privado – clientelismo, apadrinhamento, favorecimento, hierarquias –, condições dos escravos para se casarem e formarem famílias, economia e costumes. No capítulo seguinte, *O patriarcado confirmado*, ela conta a história de Dona Inácia, uma senhora de família abastada que pretende garantir melhores condições de vida para seus escravos por meio de um testamento, algo que se choca com os interesses de seu sobrinho, que não permite que as vontades de sua tia sejam seguidas. A autora nota uma profusão de documentos jurídicos, nos quais, documentos públicos se opõem a privados – estes últimos escassos, devido à alta taxa de analfabetismo.

Ao ampliar uma micro-história dentro de um contexto daquele período da história do Brasil, a autora, além de discutir várias questões privadas dentro do funcionamento de uma sociedade patriarcal e escravista, quebra alguns estereótipos criados sobre a relação senhor-escravo que conhecemos ao longo do estudo da História. Tal obra, desde a escolha de suas fontes até a sua escrita, nos apresenta um exemplo de trabalho que se utilizou de novos documentos, novas perspectivas, novas perguntas em relação a um tema bastante estudado, onde, a narrativa não nos orienta para uma única resposta possível. Além disso, não desqualifica outros trabalhos a respeito da sociedade escravista brasileira do século XIX, o que não podemos dizer do revisionismo histórico discutido a seguir, o qual busca instrumentalizar e distorcer

¹⁰ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**. histórias de mulheres da Sociedade Escravista Brasileira. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

alguns aspectos do passado com o objetivo de construir uma narrativa que busca justificar um período traumático a partir de narrativas que buscam deslegitimar os trabalhos acadêmicos já reconhecidos pela historiografia.

1.2 O revisionismo ideológico

Apesar de todos os avanços na área da historiografia ao longo do século XX, seja na pesquisa ou na metodologia de ensino, um movimento político-ideológico ganhou espaço na Europa e se espalhou pelo mundo, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Os “revisionistas” – classificados assim por Pierre Vidal-Naquet – levaram o debate historiográfico para fora do meio acadêmico, utilizando metodologias que estimavam mais as narrativas do que os fatos. Abusavam de metodologias desonestas, sem critérios, não reconhecidas pelos pares ou pelas correntes historiográficas. Em contrapartida à revisão histórica feita pelos historiadores e/ou intelectuais de temas já corroborados pelos seus pares, tivemos a ascensão de pesquisadores, intelectuais e figuras políticas que, por motivos escusos, políticos e/ou ideológicos, empreenderam debates históricos: Robert Faurisson, Willis Allison Carto, Gerald L. K. Smith, Paul Rassinier, Harry Elmer Barnes, Austin Joseph App, Arthur R. Butz, Ernst Zündel, David Irving, Bradley Smith, Ahmed Rami, Fred Arthur Leuchter e, reproduzindo declarações que atravessaram o século XX para o século XXI, o ex-presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad e o bispo católico Richard Williamson.

Pierre Vidal-Naquet, em sua obra *Os Assassinos da Memória*, classifica o revisionismo de duas formas: relativos e absoluto¹¹. No primeiro caso, apesar de não negar o passado, o revisionismo constrói e/ou fortalece narrativas enviesadas do presente para justificar determinados eventos traumáticos ou fatos históricos que foram determinantes, por exemplo, para a formação de um modelo de sociedade desigual. Tal debate pretende combater as análises críticas construídas ao longo dos anos pelos acadêmicos e intelectuais que se propuseram a pesquisar tais eventos. Mateus Pereira afirma que esse revisionismo representa uma interpretação livre que não nega, necessariamente, os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa “alternativa” que, de algum modo, legitima certas dominações e violências¹². O autor continua, nos apresentando um exemplo deste discurso em relação à ditadura brasileira:

¹¹ VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os Assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1988. p. 117.

¹² PEREIRA, Mateus Henrique de Faria Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015, p. 866. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 maio 2022.

A estrutura temporal da negação e, em alguma medida, do revisionismo, está assentada numa concepção fatalista, determinista e homogênea do tempo histórico. Uma determinada concepção de tempo homogênea tende a afirmar que o Golpe de 1964 só existiu porque não havia outra alternativa; ele foi inevitável. Se não fosse o Golpe, teria havido um golpe e uma ditadura comunista. Os militares salvaram o Brasil dos terroristas e comunistas, pois agiram antes. O golpe foi, na verdade, uma “contrarrevolução”. Esse tipo de argumento fundamenta-se naquilo que Vidal-Naquet chama de “revisionismos relativos”.¹³

Neste sentido, percebe-se a mistura de informações fatuais com discursos ideológicos¹⁴ que buscam justificar um evento traumático para a democracia brasileira. Ao adotar uma postura polemicista, relativista, sem embasamento científico, com narrativas repletas de distorções e teorias da conspiração, essa parte do revisionismo histórico se choca com o que consideramos verdades históricas, as quais não devemos negar. A título de exemplo, Sônia Menezes discorre sobre os novos produtores de narrativas históricas e como eles passaram a agir, principalmente a partir da popularização do que ela chama de “historiografia midiática” no Brasil:

Num cenário tão diverso, algumas obras assumiram vieses claramente conservadores ou negacionistas dissimuladas em linguagens atualizadas e formas de interação nas quais as maneiras de dizer importam mais do que o que é dito. O aparente frescor das imagens vibrantes, a participação de youtubers famosos na apresentação de conteúdos que seriam fruto de “pesquisas históricas sérias”, ou a “descoberta” de novidades sobre o passado, em grande medida se configuram numa releitura de antigos paradigmas que sustentam a manutenção de processos excludentes, preconceitos e conclusões que utilizam de forma desonesta as informações extraídas de teses e dissertações, ou mesmo fontes históricas, selecionadas e recortadas para referendar argumentos cujo fim é a desqualificação política de vários sujeitos e enunciados científicos.¹⁵

Tais práticas também já foram apresentadas anteriormente por Vidal-Naquet sobre os revisionistas do holocausto, entre elas, a distorção dos fatos, a substituição do real pelo fictício e da verdade insuportável pela mentira tranquilizadora, além da recusa em distinguir as palavras da realidade¹⁶. Porém, além dos revisionismos relativos, o historiador francês discorre sobre uma doutrina que nega a existência do extermínio promovido pela Alemanha nazista contra os

¹³ *Idem*, p. 870-871.

¹⁴ Sobre algumas das definições do termo Ideologia, consulte-se: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. Dicionário de Política – Vol. 1. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília – UNB.

¹⁵ MENESES, S. Negacionismos e histórias públicas reacionárias: os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Opsis*, Goiânia, Catalão, v. 19, n. 2, p. 1-9, 2019. p. 2. DOI 10.5216/o.v19i2.55707 Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/55707> Acesso em: 10 maio 2022.

¹⁶ VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da memória*: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1988. p. 36. p. 132.

povos ciganos e judeus. Tal contestação foi definida como revisionismo bruto e apresenta características do que denominamos atualmente como negacionismo histórico, que será discutido a seguir.

1.3 Negacionismo, muito além da ingenuidade

Como descrito anteriormente, negacionismo e revisionismo confundem-se de acordo com os interesses daqueles que se propõem a narrar os acontecimentos históricos ou, pelo menos, criar uma narrativa histórica. Esta indefinição em relação aos conceitos deve-se, principalmente, ao fato de que, ao criar suas narrativas, os negacionistas se autoproclamam revisionistas. Na historiografia, compreende-se como negacionismo a recusa de determinados acontecimentos. Mateus Pereira o define enquanto radicalização da negação e/ou do revisionismo, uma falsificação do fato.¹⁷

Apesar da dificuldade em periodizar o negacionismo, temos como ponto de partida, segundo Vidal-Naquet, os estudos dos primeiros adeptos da “revisão” do processo de Alfred Dreyfus (1894)¹⁸. Outro exemplo, anterior aos debates em torno do Holocausto, é a negação da responsabilidade do governo turco pelo massacre dos armênios em 1915. Narrativa propagada ao mesmo tempo em que o genocídio ocorria. Esta reinterpretação do passado se amplia a partir da segunda metade do século XX, principalmente após a difusão da obra “A mentira de Ulisses” de Paul Rassinier – considerado o pai do revisionismo – que associou o holocausto a uma grande conspiração judaica, e também, a partir das teses de Robert Faurisson sobre a inexistência das câmaras de gás nos campos de deportação. Segundo Patrícia Valim,

O termo negacionismo, para se referir a grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa dos judeus durante o regime nazista, foi popularizado pelo historiador francês Henry Rousso (1987, p. 166). A palavra passou a ser usada em sentido contrário ao empregado pelos próprios negacionistas, que se viam como fundadores de uma “escola revisionista” (a denominação é do negacionista Robert Faurisson) e pretendiam conferir credibilidade intelectual e científica ao que não passava de falsificação e de distorção de evidências.¹⁹

¹⁷ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015. p. 866. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 maio 2022.

¹⁸ VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os Assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1988. p. 117.

¹⁹ VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Apresentação - Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de Pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, maio/ago. 2021. p. 14. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqxxgYcFLmDBCNWmVKJ4gd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 maio 2022.

Atualmente, o negacionismo histórico encontra ressonância a partir de novos elementos comuns ao aumento da demanda de consumo do passado, entre eles: os novos produtores de narrativas históricas, a historiografia midiática, o universo virtual – enquanto espaço de disputas de memória – a popularização do acesso à internet e às redes sociais. Percebemos neste universo de novas narrativas uma enorme rapidez na produção de debates negacionistas que praticamente impossibilitam a desconstrução dos mesmos. Tais modificações na forma de produzir discursos negacionistas impulsionaram debates sobre outros recortes históricos de diferentes espaços.

Patrícia Valim, Alexandre Avelar e Berber Bevernage discorrem sobre as particularidades do negacionismo histórico praticado a partir do início do século XXI, que não discutem, exclusivamente, o negacionismo envolvendo a Shoah. Segundo os historiadores, o negacionismo tornou-se multifacetado e debate outras formas de negação e genocídios, apresentando três principais questões de análise:

A primeira delas é o caráter cada vez mais difuso do negacionismo, tanto do ponto de vista geográfico quanto de sua autoria coletiva, em vez da identificação fácil de obras e autores individuais [...] Uma segunda questão das manifestações recentes de negacionismo histórico é o fato de elas serem cada vez mais um fenômeno patrocinado pelo Estado [...] A terceira característica é a relação ambígua entre o negacionismo contemporâneo e a ascensão de uma agenda internacional relacionada as formas de “lidar com o passado”, as “políticas de reconhecimento” e a “lembrança moral”.²⁰

As novas narrativas sobre os vários recortes históricos, produzidas de acordo com os interesses ideológicos de seus interlocutores, não devem ser simplificadas apenas como frutos do não saber, da falta de conhecimento histórico ou da ignorância. Apesar do tom polemicista e conspiracionista e da aparente intenção em levar o debate sobre os acontecimentos históricos para o campo da opinião, elas são elaboradas a partir de interesses políticos-ideológicos do presente e seguem um programa que, atualmente, podemos afirmar ser global.

Ao observarmos entre os anos 2010 e 2020, a ascensão de grupos e partidos de extrema direita²¹ em vários países, principalmente nos EUA, e compreendermos que a história global

²⁰ Idem, p. 18. p. 19.

²¹ Segundo Victor Fernandes e Daniel Machado: A ampla e progressiva guinada à direita no espectro político pode ser caracterizada como uma emergência do “neofascismo”, inclusive no Brasil [...] Para Alexander Reid Ross (2016), movimentos neofascistas, não obstante suas particularidades, podem ser caracterizados por atributos comuns a todos eles. Em uma palavra, o tipo ideal consiste no seguinte: movimentos neofascistas (1) são declaradamente antissocialistas; (2) impulsionam-se pela propagação de um sentimento de crise e degradação nacional, localizando em minorias políticas as causas das misérias e de uma suposta degradação moral e material da nação — a pretexto da defesa de valores e relações sociais tradicionais, arrogam-se o direito do exercício da violência física e simbólica contra essas minorias, sob a égide de uma liderança carismática e metonímica desse “encadeamento de equivalências”, composto por uma pluralidade de sujeitos sociais, nos termos de Laclau e Mouffe (2001); em consequência, (3) promovem uma visão idílica do passado nacional, que deve ser resgatado; (4) promovem o revisionismo histórico; (5) guardam aversão aos processos e procedimentos democráticos; enfim, (6) em consonância com uma razão de governo neoliberal, defendem o Estado mínimo na regulação de mercados,

influencia a nossa história, conseguimos assimilar como um projeto de poder que sempre se apresentou como obscurantista, retrógrado e negacionista em várias de suas esferas, obteve êxito nas últimas eleições presidenciais de 2018, contando com o apoio de boa parte das comunidades religiosas, militares e de nossas elites econômicas. O principal representante de tal projeto de governabilidade que sempre visou a desqualificação do conhecimento acadêmico e também do conhecimento histórico – principal personagem histórico deste trabalho – hoje é acusado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de cometer, entre outros sete crimes: charlatanismo e crimes contra a humanidade. Chegou-se a debater que as mortes de pelo menos 400 mil pessoas ao longo da pandemia causada pela Covid-19 poderiam ser evitadas se os agentes do Estado e o próprio presidente Jair Bolsonaro, entre outras medidas, não tivessem propagado narrativas negacionistas sobre o vírus e a vacinação.²²

e máximo na preservação de “liberdades individuais” e direitos de propriedade individual. Ora, o movimento populista que se forma em torno da figura de Jair Bolsonaro ao longo dos últimos anos — designá-lo-emos, aqui, como bolsonarismo— mantém estreita aproximação com o tipo ideal proposto por Ross (2016). BUGIATO, Caio. Burguesia e extrema direita no Brasil: nota introdutória. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 1-432, mar./jun., 2022. p. 24. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/issue/view/1003/422> Acesso em: 22 jul. 2022.

²² PESQUISAS apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. **Senado notícias:** CPIs. Brasília, DF, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam> Acesso em: 03 dez. 2020.

2 O FORTALECIMENTO DAS NARRATIVAS REVISIONISTAS E NEGACIONISTAS NO BRASIL PÓS-DITADURA

2.1 A ascensão revisionista da extrema direita brasileira

A sociedade brasileira conviveu com Golpes de Estado²³ desde a proclamação da independência – A noite da Agonia (1823); O golpe da Maioridade (1840) e até a própria Proclamação da República (1889). Contudo, nos séculos XX e XXI, entre as principais justificativas de grupos políticos para tal solução se encontra o combate às políticas de esquerda, especificamente, segundo a narrativa de tais grupos, o combate ao comunismo! Tal narrativa serviu como resposta ao suposto Plano Cohen e como argumento para a implementação da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Em 1964, serviu também para justificar a deposição de João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, que tinha as Reformas de Base como proposta política mais radical.

Apesar de não ser a principal justificativa para a deposição de Dilma Rousseff²⁴, em 2016 o combate ao comunismo também fez parte do imaginário e dos discursos da direita antipetista mais radicalizada que, em 2018, ajudaria a eleger Jair Bolsonaro, candidato que despontou no meio político como um dos principais revisionistas/negacionistas da ditadura iniciada em 1964. Soma-se a isso, o fato de os militares sentirem-se ameaçados pelo que eles consideravam “revanchismo”, após a instalação da Comissão Nacional da Verdade em maio de 2012 e, a partir de então, reagirem de forma ativa em todos os momentos de tensão política.²⁵ Para compreender melhor como o discurso anticomunista foi reciclado por tais grupos na segunda década do século XXI, vinte e nove anos após a queda do muro de Berlim, é importante que se compreenda o contexto sociopolítico nacional deste período.

Ao longo do primeiro semestre de 2013, pequenos protestos contra o aumento da tarifa de transporte público em algumas cidades brasileiras (Porto Alegre, Manaus, Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro) se transformaram na maior manifestação popular ocorrida no Brasil

²³ Compreende-se como Golpe de Estado a ruptura institucional repentina que, contrariando a normalidade da lei, submete o controle do Estado a pessoas que não haviam sido legalmente escolhidas para representar tais cargos.

²⁴ É importante esclarecer que o debate sobre a destituição de Dilma Rousseff ter sido um golpe ou não se tornou um dilema entre seus apoiadores e opositores. Por um lado, existem os defensores da ideia de que o Estado brasileiro se utilizou do *Lawfare*, ou seja, o uso do sistema jurídico como parte de uma estratégia política contra adversários – os petistas – visando uma finalidade que normalmente não seria alcançada. Por outro lado, temos os defensores da ideia de que as medidas tomadas contra o governo de Dilma, em especial, as medidas da Operação Lava Jato contra o ex-presidente Lula, estavam dentro da legalidade, que o processo de impeachment é constitucional e tem como objetivos destituir governos corruptos e incompetentes.

²⁵ GUILHERME, Cassio Augusto. A Comissão Nacional da Verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rousseff (2011). **Revista História em Reflexão**, Dourados, Vol. 15, n. 29, jan/jun. 2021, p.59. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/download/99021/148627>. Acesso em 10 set. 2022.

desde o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Tal mobilização, conhecida como “Jornadas de Junho”, teve como principal protagonista o “Movimento Passe Livre” (MPL), que, segundo sua carta de princípios “deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população”.²⁶

A priori, tais manifestações tiveram o apoio, essencialmente, de distintas frentes de esquerda, porém, graças à popularização das redes sociais, através do acesso à internet, fenômeno que possibilitou protestos em várias regiões do planeta em 2013²⁷, conectando simultaneamente multidões e suas respectivas demandas, os manifestantes brasileiros também receberam o apoio de boa parte dos grupos midiáticos e de diferentes setores da direita – por diferentes interesses e vicissitudes inerentes aos mesmos – e, a partir do dia 17 de junho, data que marca o início da segunda fase das jornadas, o número de manifestantes chegou a 1,25 milhão em todo o país.²⁸ Mas, o que demonstrava ser o início de uma grande mudança estrutural significativa na política e na sociedade que fortaleceria os movimentos sociais, a luta pela cidadania e a manutenção dos direitos fundamentais já conquistados pela classe trabalhadora, serviu de abertura para o período de polarização ideológica em que o antipetismo e a negação da política vigente propiciaram um ambiente ideal para o fortalecimento de uma extrema direita ultraliberal na economia e extremamente reacionária, exibindo como seu principal representante o atual presidente. Sobre este fortalecimento da extrema direita brasileira no século XXI, Vinicius Viana Gonçalves esclarece que:

Uma guinada para a extrema direita foi o ponto em questão para a atual metamorfose de paradigma social no Brasil. Tal fator foi tão intenso, que acabou ditando as eleições no país, com um discurso conservador e com a bravata calcada no combate à corrupção, combate à violência, mudanças em leis trabalhistas e supressão de garantias fundamentais, entre outros. O grande problema, é que se expandiram casos de repressão contra grupos sociais que historicamente sofrem com a violência, como LGBTs, negros, índios e periféricos.²⁹

²⁶ CARTA de princípios do Movimento Passe Livre. **Movimento Passe Livre**, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

²⁷ OLIVON, Beatriz. Por que 2013 já é o ano dos protestos no mundo?. **Exame**: Mundo, 05 ago. 2013. Disponível em: <https://exame.com/mundo/por-que-2013-ja-e-o-ano-dos-protestos-no-mundo> Acesso em: 27 jun. 2020.

²⁸ PROTESTOS pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. **G1**, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>. Acesso em: 27 jun. 2020.

²⁹ GONÇALVES, Vinicius. A conjuntura política no Brasil apresenta um obscurantismo perigoso para a democracia. **Justificando**: mentes inquietas pensam direito. 12 mar. 2019. Disponível em <https://www.justificando.com/2019/03/12/a-conjuntura-politica-no-brasil-apresenta-um-obscurantismo-perigoso-para-a-democracia/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

A vitória, em 2018, de um deputado federal considerado do “baixo clero”, que já havia apresentado sinais de que não prezava pelo estado democrático de direito³⁰, que nunca se apresentou como uma força política expressiva no âmbito nacional – mesmo após a filiação em cinco partidos políticos diferentes e vinte e sete anos no congresso nacional – e que representava exatamente a personificação da chamada “velha política”, quando boa parte dos brasileiros buscava, desde 2013, uma mudança estrutural na gestão de governo do país, ainda é um debate que demanda tempo e análise mais aprofundada que não pretendemos neste momento. Porém, é importante levarmos em consideração também, o esforço e o apoio das elites econômicas que se orientaram pela possibilidade de aprofundar políticas neoliberais, privatizações e reformas que diminuíssem a interferência do Estado na economia. E agora, mais uma vez, a república brasileira encontra-se na iminência de um golpe de Estado por parte do próprio presidente.³¹

Correndo o risco de ser derrotado na disputa eleitoral de outubro e não se reeleger³², Bolsonaro em discurso para cerca de quarenta embaixadores, no dia 18 de julho de 2022, há menos de oitenta dias da votação, investiu novamente em atacar seu principal rival político Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) e até o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – denominando-os de “grupo terrorista”. Além dos evidentes componentes ideológicos e eleitoreiros que fizeram parte do discurso presidencial, Bolsonaro atacou as urnas eletrônicas, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável por regulamentar, administrar e julgar as demandas relacionadas às eleições, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)³³ e dedicou-se também na propagação de narrativas que questionam a transparência das eleições brasileiras, colocando-as sob suspeita e evidenciando mais uma vez suas intenções golpistas³⁴.

A partir desta contextualização, compreendemos de certa forma que, a ascensão da extrema direita como força política organizada, o recrudescimento do conservadorismo

³⁰ VEJA 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2022.

³¹ BOLSONARO expõe ao mundo arquitetura do golpe. **Uol notícias**, 18 jul. 2022. Entendendo Bolsonaro. <https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendendo-bolsonaro/2022/07/19/bolsonaro-expoe-ao-mundo-arquitetura-do-golpe.htm> Acesso em: 20 jul. 2022.

³² PESQUISA Quaest para presidente: Lula tem 45%; Bolsonaro, 31%; e Ciro, 6%. **CNN Brasil**. 2022. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-quaest-para-presidente-lula-tem-45-bolsonaro-31-e-ciro-6/> Acesso em: 20 jul. 2022.

³³ TSE atenta contra as eleições a a democracia, diz Bolsonaro. **Poder 360**, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/tse-atenta-contras-eleicoes-e-a-democracia-diz-bolsonaro/> Acesso em: 20 jul. 2022.

³⁴ RELEMBRE declarações de tom golpista de Bolsonaro. **Folha Uol**, 29 maio 2022. Galerias. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1734174012519678-relembre-declaracoes-de-tom-golpista-de-bolsonaro> Acesso em: 20 jul. 2022.

brasileiro e o antipetismo – sentimento de aversão não apenas ao Partido dos Trabalhadores, mas, também às lutas sociais e conseqüentemente a tudo que representa o espectro da esquerda – é um fenômeno da nossa história recente que possibilitou a eleição de um ex-capitão do exército brasileiro que demonstra aversão à democracia, mas principalmente, desprezo pelos fatos, pelo trabalho historiográfico, pelos testemunhos dos perseguidos e pelas vítimas da ditadura, como veremos a diante.

2.2 O pseudorrevisionismo sobre a ditadura praticado por Bolsonaro e seus correligionários

A princípio, podemos supor que, quando se trata de revisionismo ou negacionismo sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), confrontaremos uma revisão ou negação total de tudo que se debate sobre este período, porém, observamos que, alguns temas específicos recebem mais importância por parte dos revisionistas. Entre os mais relevantes, temos: o golpe, a suposta ameaça comunista, o apoio popular aos militares, a censura, a tortura, a corrupção e a economia.

Sem pretender fazer uma análise linear dos fatos, partimos do debate que origina todas as outras possíveis discussões sobre o período analisado: a negação e/ou a relativização do golpe. É comum que, já na primeira aula sobre a ditadura, sobretudo no terceiro ano do Ensino Médio, logo após escrever na lousa o título do conteúdo, surja a seguinte questão: “Golpe de 1964 ou Revolução/Contrarrevolução de 1964”? Se tal indagação não partir dos alunos, cabe ao docente fazê-la para todos os presentes em sala de aula, mesmo que para ele, seja uma pergunta retórica. Vejamos duas falas reproduzidas sobre este tópico, a primeira é de Jair Bolsonaro: “Não houve golpe militar em 1964. Quem declarou vago o cargo do presidente na época foi o Parlamento. Era a regra em vigor”.³⁵ A segunda, de Ernesto Araújo, ex-ministro de Relações Exteriores de Jair Bolsonaro: “Vossa Excelência me perguntava se eu considero 1964 um golpe. Eu não considero um golpe. Considero que foi um movimento necessário para que o Brasil não se tornasse uma ditadura. Não tenho a menor dúvida disso. Essa é minha leitura da história”.³⁶

³⁵ CAMPOS, João Pedroso de. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. **Veja**, Editora Abril, São Paulo, 04 nov. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/fale-conosco/> Acesso em: 21 jul. 2022.

³⁶ RODRIGUES, Mateus. Ernesto Araújo diz que não houve golpe em 1964 e que movimento dos militares foi 'necessário'. **Tv Globo**. 27 mar. 2019. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/ernesto-araujo-nega-golpe-militar-em-1964-e-diz-que-foi-um-movimento-necessario.ghtml> Acesso em: 08 maio 2022.

Tais discursos que se demonstraram revisionistas, negacionistas e relativistas – assim como os próximos que serão apresentados sobre outros subtemas da ditadura – são frequentemente reproduzidos nos espaços públicos e reverberam em sala de aula, demonstrando como tais narrativas apropriaram-se dos fatos e estão se sedimentando entre os jovens que estão estudando tal conteúdo na escola, no máximo, pela segunda vez – caso tenham estudado o mesmo no fim do Ensino Fundamental.

Levantar tal questionamento no espaço escolar, sobre como os militares tomaram o poder em 1964, pode sugerir apenas uma necessidade de colocar em prática a interdisciplinaridade com o conteúdo de semântica linguística para se compreender melhor os conceitos de golpe ou revolução, porém, não deixa de ser uma oportunidade que o professor de História tem para instigar a percepção crítica dos alunos. Sobre tal questão, temos referências interessantes para utilizarmos em contraposição a narrativas que negam ou relativizam o golpe, por exemplo, a obra *Como eles agiam* de Carlos Fico, em que o autor afirma:

O presidente não poderia se ausentar do país sem autorização prévia do Congresso: tratava-se de registrar que o deslocamento (de Jango) se dava dentro do território nacional. Às 2h40min do dia 2 de Abril de 1964, em uma sessão fulminante, mesmo informado de que Goulart estava no país, Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, declarou vago o cargo de presidente da República, sob os protestos de alguns parlamentares do PTB. Pronto: estava consumado o golpe de 1964.³⁷

Outro material interessante para que os alunos se aprofundem nos antecedentes do 31 de março de 1964, e também, na contraposição da ideia de “Revolução de 1964” ou “Contrarrevolução dos Militares” é a obra *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, que apresenta um panorama de como se instaurou a ditadura civil-militar no Brasil e seus desdobramentos, de forma que, contextualiza os acontecimentos daquele ano. Um breve trecho desta obra pode render discussões interessantes sobre esse falso dilema colocado pelos revisionistas e militares que justificam o golpe e também, levar a outra discussão: o apoio dos Estados Unidos aos golpistas:

Nos planos de um golpe para derrubar Goulart, o papel dos Estados Unidos era o de apoiar, caso necessário, o governo de Minas Gerais [...] abastecendo os golpistas, com combustível e munição. A chamada Operação Brother Sam tinha essa missão

³⁷ FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 33-34.

precípua [...] O governo dos Estados Unidos deu seu total apoio; iria interferir se necessário fosse. Mas o golpe de Estado foi obra de brasileiros, civis e militares.³⁸

Não há um argumento mais utilizado pelos revisionistas que justificam ou relativizam o golpe de Estado ocorrido em 1964 que a ideia de “combate ao comunismo” ou “a ameaça comunista” que se instalou no Brasil no início da década de sessenta. Como dito anteriormente, tal narrativa faz parte do imaginário e da construção da memória dos militares desde a primeira metade do século XX.³⁹

O General Amilton Mourão, Vice-Presidente da República e o Ministro-Chefe de Segurança Institucional do Brasil, General Augusto Heleno, não são exceções deste grupo que reproduzem narrativas revisionistas sobre o golpe. Mourão, ao comemorar o 31 de março em uma rede social, afirmou: “Neste dia, há 57 anos, a população brasileira, com apoio das Forças Armadas, impediu que o Movimento Comunista Internacional fincasse suas tenazes no Brasil. Força e Honra!”⁴⁰ Heleno conseguiu ser mais objetivo, afirmando que “Há duas visões da História do Brasil. Para mim, não foi golpe, foi contrarrevolução. Se não houvesse contrarrevolução, hoje seríamos Cuba.”⁴¹

Novamente, podemos recorrer ao historiador Carlos Fico, uma das maiores referências em Ditadura Militar no Brasil, neste caso, uma entrevista dele, que também se apresenta como um recurso interessante para ser utilizado com os alunos para tratar deste tópico. Em sua fala, Fico afirma:

Os comunistas tinham muita pouca força política naquele momento, embora houvesse, de fato, muitas greves e manifestações lideradas por comunistas, mas isso está muito longe de permitir a suposição de que houvesse qualquer possibilidade de uma revolução comunista no Brasil [...] João Goulart não era comunista e as suas reformas de base eram bastante modestas.⁴²

³⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 270.

³⁹ Sobre tal discussão, consulte-se:

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Historia y problemas del siglo XX**, Año 3, v. 3, p. 133-148, 2012. Disponível em: http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03_2012-11-23-webO-07.pdf Acesso em: 20 maio 2022.

⁴⁰ NESTE dia, há 57 anos, a população brasileira, com apoio das Forças Armadas, impediu que o Movimento Comunista Internacional fincasse suas tenazes no Brasil. Força e Honra! 31 mar. 2021. Twitter: @GeneralMourão. Disponível em: <https://twitter.com/GeneralMourao/status/1377260846301253637> Acesso em: 21 jul. 2022.

⁴¹ GENERAL Heleno defende ditadura militar brasileira e bate boca com deputada do PSOL. **Isto é Independente**: O dia. Brasília, DF, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/general-heleno-defende-ditadura-militar-brasileira-e-bate-boca-com-deputada-do-psol/> Acesso em: 12 abr. 2022.

⁴² LEAL, Bruno. Historiador explica que não havia risco de “golpe comunista” em 1964. **Café História**, 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiador-explica-que-nao-havia-risco-de-golpe-comunista-em-1964/> Acesso em: 14 jun. 2022.

Além do uso desta e de outras entrevistas que possam ser analisadas de forma mais rápida e inteligível pelos alunos, o livro *Governos militares na América Latina* do historiador argentino Osvaldo Coggiola contém bastante informações para se utilizar em sala de aula, além de possuir ideias claras, sua linguagem é bastante acessível. Em uma passagem, o autor apresenta a força da narrativa sobre o suposto avanço comunista:

Em meados da década de 1960, três golpes militares de significativa importância mudaram a História da América do Sul. Nos três foi visível a influência determinante da diplomacia norte-americana. A tensão internacional - Estados Unidos versus URSS, ou “comunismo versus mundo livre” - forneceria justamente o alibi ideológico para os militares, que afirmaram com unanimidade ser a democracia “incapaz de conter o comunismo”.⁴³

Compreendemos que, entre todos os temas debatidos sobre a ditadura brasileira pelos revisionistas, o suposto “perigo vermelho” utilizado como justificativa válida para o golpe e para toda a violência estatal do regime autoritário instaurado desde então, sem dúvidas é o argumento mais importante já construído e sedimentado nas forças militares brasileiras desde a Era Vargas. Ao ser reproduzido pela sociedade civil nos espaços públicos, desconstruir tal argumento só é possível se o debate sobre a questão for feito de forma clara e incisiva, o que requer tempo e dedicação, principalmente quando se trata de combater uma narrativa que justifica um Estado autoritário.

Em sequência, temos outra narrativa bastante difundida para justificar o golpe: a vontade popular ou a responsabilização dos civis pelo mesmo. Em fevereiro de 2013, quando ainda era Deputado Federal, Jair Bolsonaro aproveitou a visita da blogueira cubana Yoani Sánchez à Câmara para afirmar a ela que “64 foi uma imposição popular. A história está aí. Quem fala em ditadura militar não quer ler a história.”⁴⁴ Já em 2019, Ricardo Vélez Rodríguez, professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, enquanto Ministro da Educação de Bolsonaro – indicado pelo próprio Olavo de Carvalho – havia afirmado que, mudanças progressivas aconteceriam nos livros didáticos para que as crianças tivessem uma “ideia verídica, real do que foi sua história”. Além do intuito subjetivo de atender os interesses da ala ideológica do governo Bolsonaro, que tinha como uma de suas bandeiras, o combate ao Marxismo Gramsciano, Vélez expôs seu real interesse em tais mudanças progressivas, segundo ele, “A História brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os

⁴³ COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 11.

⁴⁴ CAMPOS, João Pedroso de. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. **Veja**, Editora Abril, São Paulo, 04 nov. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/fale-conosco/> Acesso em: 21 jul. 2022.

quartéis.”⁴⁵, ou seja, houve uma mudança institucional apoiada pela população civil e ainda, isentou os militares do golpe. Ao que sugere Vélez, esta é a “ideia verídica” que os livros didáticos devem reproduzir para as crianças. Sobre tal afirmação de Vélez, podemos encontrar no artigo *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* de Carlos Fico, um trecho interessante para ser utilizado com os alunos:

Se a preparação do golpe foi de fato "civil-militar", no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis [...] se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar.⁴⁶

Em outra passagem, na obra *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*, Gláucio Soares também discorre sobre o tema:

O economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente militar: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independentemente do apoio que estas lhe prestaram. [...] A opção de que foi uma conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros é absoluta.⁴⁷

Apesar de tal narrativa fazer parte da memória histórica dos militares pós 64 e ser difundida na esfera civil, chegando até à sala de aula, uma maneira de introduzir os alunos na discussão de forma reflexiva é ter como ideia norteadora que houve sim apoio dos civis, porém, apenas de parte (minoritária) da sociedade e não de sua totalidade. Isso pode ser esclarecido aos alunos quando se apresenta evidências empíricas como as pesquisas de opinião pública da época. Pesquisas feitas pelo Ibope às vésperas do golpe de 31 de março de 1964 mostram que João Goulart tinha amplo apoio popular⁴⁸.

⁴⁵ VÉLEZ: "Não houve golpe em 64" e livros didáticos mudarão. **DW**: made for minds.04 abr. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/v%C3%A9lez-diz-que-livros-did%C3%A1ticos-v%C3%A3o-mudar-porque-n%C3%A3o-houve-golpe-em-1964/a-48195188> Acesso em: 21 jul. 2022.

⁴⁶ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, set. 2004. p. 52. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgJvSjLYMLN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 maio 2022.

⁴⁷ SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994. p. 27. 35. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6725/171.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 jun. 2022.

⁴⁸ AMARAL, Osvaldo E. O que as pesquisas de 1964 mostram sobre apoio popular e golpe. **Ediciones El País**, Madrid, 07 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/07/opinion/1554640987_633381.html Acesso em: 21 jul. 2022.

Temas como a censura, a tortura e a corrupção na ditadura são bons exemplos para refletirmos sobre a linha tênue entre revisionismos e negacionismos sobre o período. Nos discursos revisionistas é comum que os próprios sujeitos entrem em contradições sobre o que estão afirmando, visto que, ora justificam, ora negam os fatos. Vejamos alguns exemplos:

Em uma das recorrentes aparições em documentários da empresa Brasil Paralelo – uma produtora de conteúdos digitais com viés de direita e revisionista⁴⁹ – Olavo de Carvalho trata sobre a censura na ditadura da seguinte forma:

Eles botavam um censor para cada redação. Por exemplo, no "Estadão" o censor nem entrava na redação. Os Mesquitas [família dona do jornal] não deixavam. Deixavam ele na portaria. De vez em quando ele cortava matéria. Matéria ficava duas, três semanas proibidas. Depois passava a atualidade da coisa e podia publicar.⁵⁰

Por outro lado, o presidente Jair Bolsonaro, entre suas inúmeras declarações revisionistas, também minimizou a censura:

Esse tipo de censura não existia no período militar. O que não era permitido, muitas vezes, era uma matéria ser publicada, daí o pessoal botava uma receita de bolo ou espaço vazio [...] é porque eles davam recados, naquela época, para os seus comparsas aqui no Brasil através daquele tipo de matéria. Então por isso que houve a censura naquele momento.⁵¹

Entre os vários trabalhos historiográficos que tratam da censura no regime militar, Marcos Napolitano em seu livro *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, apresenta uma análise sucinta e de fácil compreensão para os alunos da educação básica, o autor destaca que:

Houve, ao menos, três momentos repressivos sobre a área cultural: entre 1964 e 1968, o objetivo principal era dissolver as conexões entre a “cultura de esquerda” e as classes populares. O chamado “terror cultural” transformava todos os intelectuais críticos em potenciais subversivos “inimigos da pátria”. Entre 1969 a 1978 o objetivo central era reprimir o movimento da cultura como mobilizadora do radicalismo da classe média (principalmente dos estudantes). O Decreto-Lei no 1.077, de janeiro de 1970, instaurou a censura prévia sobre materiais impressos. No terceiro momento, de 1979 a 1985, teve como objetivo central controlar o processo de desagregação da ordem

⁴⁹ LOPES, Débora. A Brasil paralelo não quer que você leia esta entrevista. **The Intercept**. 17 maio 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/05/19/brasil-paralelo-entrevista-historiadora-leandro-ruschel/> Acesso em: 21 jul. 2022.

⁵⁰ RODRIGUES, Leonardo. "1964: O Brasil Entre Armas e Livros": o que o filme que ameniza ditadura tenta mudar. **UOL Entretenimento**, São Paulo, 05 abr. 2019. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/05/o-que-diz-o-filme-1964-o-brasil-entre-armas-e-livros-que-relativiza-a-ditadura-militar.htm> Acesso em: 21 jul. 2022.

⁵¹ VARGAS, Mateus. Bolsonaro minimiza censura na ditadura militar e diz que ações do TSE são mais graves. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2021. Política. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/bolsonaro-minimiza-censura-na-ditadura-militar-e-diz-que-acoes-do-tse-sao-mais-graves.shtml> Acesso em: 21 jul. 2022.

política e moral vigentes, estabelecendo limites de conteúdo e linguagem. A ênfase do controle censório recaiu “na moral e nos bons costumes”.⁵²

Em relação à tortura e corrupção, temos respectivamente, declarações revisionistas e negacionistas. Entre algumas declarações de Bolsonaro, duas se destacam: na primeira, o presidente rebateu a afirmação de que havia 'muita tortura' durante a ditadura, dizendo que “[...] isso é papo. A maioria é tudo cascata para ganhar indenização.”⁵³ Em outra oportunidade – em entrevista ao canal no Youtube de seu filho Eduardo – afirmou que no centro de repressão em São Paulo, os presos políticos eram tratados com dignidade: “[...] não era preso político, não. Os terroristas eram tratados no DOI-Codi com toda dignidade, inclusive as presas grávidas. Isso são fatos, histórias verdadeiras.”⁵⁴

Não satisfeito em reproduzir um revisionismo carregado de ideologia e menosprezo pelas vítimas da repressão militar, Bolsonaro, em 27 de março de 2019, também em entrevista, desta vez em um canal televisivo aberto e transmitido nacionalmente, apresenta um terceiro ponto que tende a isentar os generais do que ocorria nos porões da ditadura: “Qualquer regime, o meu, deve ter alguém sendo torturado por aí e não pode botar a culpa em mim [...] Nunca tivemos nas forças armadas uma política de estado repressivo dessa forma que tentam o tempo todo botar em nossa conta.”⁵⁵ É importante ressaltar que, um memorando secreto elaborado em 11 de abril de 1974 pelo diretor da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) se tornou público em 2018, no ano anterior desta declaração de Bolsonaro. O documento revela que em uma reunião com as presenças do então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) João Batista Figueiredo e os generais Milton Tavares de Souza e Confúcio Danton de Paula Avelino, ambos na ocasião no CIE, o presidente Ernesto Geisel autorizou que continuassem as execuções de opositores ao regime militar brasileiro. Em entrevista, o último coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, ressalta que

O documento apenas comprova aquilo que a Comissão da Verdade já havia apurado e consta no relatório. As graves violações foram conduzidas pelos governos militares. Foi uma política estabelecida e conduzida pelos gabinetes presidenciais [...] É fundamental que as Forças Armadas reconheçam a responsabilidade institucional pelo

⁵² NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 93.

⁵³ BOLSONARO encontra ex-soldado do regime militar e critica pedidos de anistia: 'Cascata para indenização'. **Jornal O Globo**, 29 fev. 2020. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-encontra-ex-soldado-do-regime-militar-critica-pedidos-de-anistia-cascata-para-indenizacao-24279115> Acesso em: 21 jul. 2022.

⁵⁴ DITADURA tratou presos com dignidade, afirma Bolsonaro em vídeo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/ditadura-tratou-presos-com-dignidade-afirma-bolsonaro-em-video.shtml> Acesso em: 21 jul. 2022.

⁵⁵ DATENA, José Luís. Bolsonaro fala sobre reformas e relação com o congresso. **Jornal da Band**, São Paulo, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jQDmFvfS6m4> Acesso em: 22 jul. 2022.

que houve no passado. As Forças Armadas têm que vir a público para dizer: 'Isso aconteceu'. Têm que superar a argumentação que foram casos isolados e sem coordenação.⁵⁶

Em 2022, foi revelado também – a partir de áudios inéditos divulgados por Carlos Fico – que, além do conhecimento e responsabilidade dos generais do poder executivo sobre as diversas formas de repressão que o Estado brasileiro praticava, os generais do Superior Tribunal Militar também tinham conhecimento das torturas praticadas em grávidas detidas:

"Quando as torturas são alegadas e, às vezes, impossíveis de ser provadas, mas atribuídas a autoridades policiais, eu confesso que começo a acreditar nessas torturas porque já há precedente", diz o ministro Waldemar Torres da Costa em um dos áudios divulgados neste domingo (17). A gravação é de 13 de outubro de 1976. Em 24 de junho de 1977, o ministro do Superior Tribunal Militar Rodrigo Otávio Jordão Ramos fala no tribunal sobre a tortura de mulheres grávidas. O ministro narra que Nádia Lúcia Nascimento, presa política pertencente ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi forçada a abortar após “choques elétricos no aparelho genital”. "Fato mais grave suscita exame, quando alguns réus trazem aos autos acusações referentes a tortura e sevícias das mais requintadas, inclusive provocando que uma das acusadas, Nádia Lúcia do Nascimento, abortasse após sofrer castigos físicos no Codi-DOI", disse o general.⁵⁷

Além das grávidas, crianças também foram torturadas, tal informação tem grande relevância no debate com os alunos, visto que, os revisionistas disseminam a ideia de que, apenas os terroristas sofriam tal repressão. Um exemplar interessante para apresentar aos alunos sobre o tema é a obra *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* produzida pela Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Entre outros casos de crianças que foram torturadas, a obra apresenta o caso de Gino Ghilardini, onde se lê:

Houve crianças que foram torturadas para forçar seus pais a denunciarem outros companheiros. Gino Ghilardini, à época, com 8 anos de idade, filho de Luis Ghilardini (1920–1973), comunista assassinado sob torturas no DOI-CODI/ RJ, foi preso juntamente com a mãe, Orandina. Ambos foram torturados. O menino Gino conta que era violentado para o pai falar o que sabia: “Eu ouvia meu pai ali perto gemendo, eu escutava, mas não podia fazer nada”. Passados uns dias, Gino foi encaminhado e ficou durante vários meses na Fundação Nacional do Menor no Rio de Janeiro.⁵⁸

⁵⁶ MATOS, Victor. Documento da CIA sobre Geisel é 'estranhador', diz último coordenador da Comissão da Verdade. **TV Globo**: política, Brasília, DF, 11 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/para-ex-membro-da-cnv-documento-sobre-geisel-e-estranhador-e-forcas-armadas-deveriam-reconhecer-responsabilidade.ghtml> Acesso em: 22 jul. 2022.

⁵⁷ ROCHA, Lucas. Áudios mostram que Superior Tribunal Militar sabia de tortura de grávidas na ditadura **Revista Fórum**, 17 abr. 2022. Ditadura. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/2022/4/17/audios-mostram-que-superior-tribunal-militar-sabia-de-tortura-de-gravidas-na-ditadura-113092.html> Acesso em: 22 jul. 2022.

⁵⁸ SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa de São Paulo - ALESP. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". **Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf Acesso em: 22 jul. 2022.

Em suma, os discursos revisionistas sobre a tortura confrontam os fatos históricos, mas principalmente, desrespeitam as vítimas de um Estado que patrocinou a repressão – seja legal ou ilegal – que se materializou em vigilância, censura, cassações, prisões ilegais, torturas, banimentos e desaparecimentos. Tais narrativas devem ser combatidas em sala de aula, e nos espaços públicos, de modo que, os alunos identifiquem-nas apenas como uma tentativa forçada dos revisionistas de produzirem uma negação dos fatos.

De outro modo, quando os revisionistas da ditadura discutem corrupção durante o regime, observa-se uma tendência maior em, literalmente, negar que tal prática tenha ocorrido ao longo deste período. Em sequência, temos três discursos em diferentes contextos, dois de Jair Bolsonaro – com um hiato de sete anos entre eles – e um de Paulo Guedes, Ministro da Economia desde o primeiro dia deste governo. Bolsonaro em 2003, enquanto Deputado Federal afirmou: “Não me venham dizer que naquela época a corrupção não era apurada [...] Desafio qualquer um a apontar um militar do passado que tenha constituído patrimônio incompatível com sua renda.”⁵⁹ Em 2010, manteve a mesma narrativa: “Não há, hoje, um só militar que tenha enriquecido nessa época. O Brasil passou da 49^a para a 8^a economia do mundo exatamente por causa disso, porque a roubalheira praticamente não existia. E, quando aparecia, a autoridade era cassada pelo saudoso AI-5.”⁶⁰ Em 2021, com Bolsonaro presidente, o Ministro da Economia Paulo Guedes, em referência às empresas públicas, afirmou que “Os militares deixaram o legado de infraestrutura e sem corrupção. Só que elas cumpriram a missão. Tanto o governo militar, quanto a nossa social democracia, em 40 anos de governo usaram as estatais.”⁶¹

Sobre este tema, podemos utilizar dois fragmentos de fácil compreensão para os alunos e, a partir deles, nos aprofundarmos na discussão com os mesmos. No primeiro, Diego Knack afirma:

⁵⁹ DISCURSO do (a) Deputado (a) Jair Bolsonaro em 10/06/2003 às 15:34h. **Câmara Legislativa**, Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=111.1.52.O&nuQuarto=48&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:34&sgFaseSessao=GE&Data=10/06/2003&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PTB-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20%20CD&dtHoraQuarto=15:34&txEtapa=> Acesso em: 25 maio 2022.

⁶⁰ DISCURSO do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro em 31/03/2010 às 10:10h. **Câmara Legislativa**, Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=059.4.53.O&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:10&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=31/03/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final> Acesso em: 13 abr. 2022.

⁶¹ PAULO GUEDES diz que “militares deixaram o legado de infraestrutura e sem corrupção”. **Uol Notícias**. 01 dez. 2021. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/44587_paulo-guedes-diz-que-militares-deixaram-o-legado-de-infraestrutura-e-sem-corrupcao.html acesso em: 22 jul. 2022.

A ideia de que não houve corrupção na ditadura é um mito. Porque é falsa e não se comprova diante da pesquisa histórica. Pelo contrário, as evidências apontam o fato de que, nos anos de autoritarismo, o problema apenas piorou. Muitos não se lembram de corrupção na ditadura porque havia censura, as ações de combate à corrupção na ditadura tinham cunho arbitrário e de perseguição política, os casos de corrupção que envolviam militares e aliados da ditadura tinham tratamento diferenciado, por último, os militares tinham uma concepção limitada do problema da corrupção.⁶²

Heloisa Starling, referência nos estudos sobre a ditadura e a república brasileira, em seu ensaio sobre a corrupção na ditadura militar, também desmistifica narrativas negacionistas sobre a corrupção no regime:

Desde o início o regime militar fracassou no combate à corrupção. As demonstrações de decência pessoal por parte dos generais apresentaram poucos resultados para a vida pública do país. O regime militar conviveu tanto com os corruptos e com sua disposição de fazer parte do governo fosse qual fosse sua natureza política, quanto com a face mais exibida da corrupção, que graças aos dribles na censura foi capaz de chegar às páginas dos jornais e compor a lista dos grandes escândalos de ladroagem da ditadura – como ocorreu, por exemplo, entre vários outros episódios que ficaram célebres, com o escândalo do Instituto Brasileiro do Café; o caso Hanna Mining Company; o caso Delfin; o projeto Jari; a construção da ponte Rio-Niterói e da Transamazônica; a operação Capemi. O próprio Castello Branco descobriu depressa que esconjurar a corrupção era tarefa fácil, prender corrupto era outra conversa.⁶³

Tais afirmações dos pseudorrevisionistas sobre corrupção na ditadura, não são difíceis de problematizar em sala de aula, basta partirmos do princípio que, ainda não encontramos uma forma de extinguir a corrupção sistêmica no Brasil. Logo, defender a ideia de que tal prática desapareceu por vinte e um anos, após uma mudança brusca no regime político administrado por militares golpistas, não representa nada além de uma narrativa puramente ideológica.

Por fim, temos o Milagre Econômico Brasileiro, tempo que ficou marcado por uma forte melhora na economia, com taxa média de crescimento em torno de 10% ao ano. Assim como a “ameaça comunista” é utilizada para justificar o golpe, o “milagre” – que não durou seis anos – ainda é bastante utilizado como justificava para defender o regime militar, apesar da imposição do modelo econômico dos militares que, só foi possível pelo emprego da violência institucional colocada em prática pelo Estado Autoritário, sob o comando das forças armadas,

⁶² KNACK, Diego. Mitos da Ditadura: “Naquele tempo não tinha corrupção...” **História da Ditadura**, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/mitos-da-ditadura-naquele-tempo-n%C3%A3o-tinha-corrup%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 22 jul. 2022.

⁶³ AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 215. (Humanitas).

de acumulação tido uma outra configuração – em favor de um mercado consumidor de massas e de políticas sociais não voltadas apenas para a abertura de novos espaços de acumulação do capital privado. Não foi para isso, porém, que as forças que deram o golpe em abril de 1964 agiram contra a democracia.⁶⁷

O jornalista e correspondente da BBC Luís Barrucho em sua reportagem sobre o milagre econômico complementa:

No governo militar, os trabalhadores tiveram aumentos salariais que eram insuficientes para recompor as perdas causadas pela elevação dos preços, reduzindo o poder de compra. Entre 1964 e 1985, o salário mínimo caiu 50% em valores reais, ou seja, já ajustados pela inflação. Foram precisos 30 anos para recuperar o poder salarial dos mais pobres. Esse arrocho salarial aconteceu em parte como resultado da intervenção dos militares sobre os sindicatos, o que diminuiu o poder dos movimentos e de negociação dos operários. Muitas dessas associações foram desmanteladas. Vários dirigentes sindicais foram presos ou substituídos por simpatizantes do regime. O achatamento dos salários diminuiu o custo de mão-de-obra. Além disso, foi reduzida a alíquota máxima do Imposto de Renda, beneficiando os mais ricos, e concedidas várias isenções fiscais ao empresariado.⁶⁸

Estes sete pontos listados anteriormente para discutir os principais assuntos debatidos pelos revisionistas para, justificar ou negar os fatos históricos ocorridos entre 1964 e 1985, fazem parte de outra lista de subtemas que também serão apresentados no instrumento didático (produto final) desta dissertação. A ideia de produzir tal instrumento em forma de álbum de figurinhas, não tem a pretensão de acabar com este pseudorrevisionismo brasileiro sobre a ditadura civil-militar brasileira, longe disso, pretende materializar a discussão sobre o tema de forma lúdica e inteligível, contribuindo para o debate crítico e historiográfico na educação básica.

⁶⁷ BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto para Discussão**: IE/Unicamp, Campinas, n. 251, p. 1-22, fev. 2015, p. 20. Disponível em: eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3386/TD251.pdf Acesso em: 20 maio 2021.

⁶⁸ BARRUCHO, Luís. 50 anos do AI-5: os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. **BBC News Brasil**, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213> Acesso em: 22 maio 2022.

3 O COMBATE EM SALA DE AULA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO HISTORIADOR FRENTE AOS DESAFIOS DO PSEUDORREVISIONISMO BRASILEIRO

No segundo semestre de 2014, mesmo após o início da controvertida operação “Lava Jato” e de sua excessiva midiaticização, Dilma Rousseff foi reeleita, fato utilizado para inflamar ainda mais os discursos da direita antipetista derrotada nas urnas e consequentemente enrijecer a atual polarização política brasileira. A partir de então, foi possível testemunhar, entre 2014 e 2018, o aumento significativo de discursos revisionistas e negacionistas sobre vários temas considerados “encerrados” ou até mesmo espinhosos como, a esfericidade da Terra, a escravidão no Brasil, o espectro político dos nazistas ou a Ditadura Civil-Militar Brasileira.

Este processo de fortalecimento da polarização ideológica pós “Jornadas de Junho” culminou com a ascensão de uma direita conservadora paranoica, que teve como um dos seus principais expoentes Olavo de Carvalho, conhecido como o ideólogo do bolsonarismo⁶⁹ e autointitulado parteiro desta “nova” direita. Segundo ele, “A esquerda dominou a imprensa e as universidades brasileiras há várias décadas em estratégia que seguia o suposto ideário do marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). O objetivo era criar uma atmosfera mental em que a população se tornasse socialista sem perceber.”⁷⁰ Sem dúvidas, devido à importância que teve para a vitória eleitoral e para a manutenção da ala ideológica do governo Bolsonaro, um dos pilares de sua vitória em 2018, pode ser representado pela narrativa virulenta antipetista, antiesquerdista, antipartidária, anti-intelectual, moralista e religiosa disseminada (também) por Olavo de Carvalho – que perdurou até a morte deste, em janeiro de 2022.

Foi neste contexto histórico, de perceptível radicalização da direita no Brasil, por uma parte considerável da sociedade, que iniciei minha jornada enquanto professor de História pelo estado de Minas Gerais. Era nítida a impressão, para um professor iniciante na escola pública, que a sala de aula – espaço de construção de conhecimento e interação de aprendizagem – não ficaria alienada ao debate político e à construção de memória social elaborada por diferentes grupos conflitantes em decorrência dos acontecimentos da história recente que testemunhávamos.

Nesse sentido, foi possível participar, em várias turmas do terceiro ano do ensino médio e em algumas turmas do nono ano do ensino fundamental, de debates com alguns alunos que

⁶⁹ Sobre o fenômeno do bolsonarismo, consulte-se:

REIS, D. A. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Niterói, v. 46, n. 1, e36709, 2020. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.36709>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709> Acesso em: 15 maio 2021.

⁷⁰ FELLET, João. Olavo de Carvalho, o 'parteiro' da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias. *BBC NEWS*. 15 dez. 2016. Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897> Acesso em: 11dez. 2020.

reproduziam discursos revisionistas e muitas vezes negacionistas sobre o tema Ditadura Civil-Militar Brasileira. Reprodução de narrativas repercutidas no espaço público, sempre ligadas a um passado nostálgico, quando se respeitavam as autoridades, não havia criminalidade, corrupção ou miséria, além de argumentos carregados de impasses e desconstruções sobre a ditadura brasileira com uma pretensa isenção de críticas, mas que faziam parte do conhecimento e das crenças trazidas pelos alunos que tinham como influência intelectual válida alguns familiares ou conhecidos que presenciaram o período 1964 – 1985. Em uma entrevista, Florência Levin, relata algo que vem ao encontro com minha vivência:

...um dos fatores que incidem sobre a atuação dos professores é justamente o fato de que esse passado está definitivamente presente; e não está conformado enquanto um discurso “coeso” ou “oficial”. Ao contrário, é matizado por constantes reelaborações e a abordagem do professor, ao aproximar-se de tal temática, não passa apenas pelo contato com a historiografia, mas com a memória social elaborada por diferentes grupos, que trazem à tona dores, lembranças, traumas e controvérsias.⁷¹

A política de esquecimento sobre a ditadura, além de refletir no processo de “desmemorização” dos brasileiros e no fazer pedagógico da história do tempo presente, trouxe ainda consequências mais graves do que apenas desconectar gerações ou negar o direito à memória e à verdade.⁷² Esse silêncio constrangedor da sociedade que cala as vozes indignadas das vítimas e dos familiares que não sobreviveram, somado ao distanciamento curricular desse passado recente⁷³ possibilitou o fortalecimento de narrativas negacionistas e revisionistas sobre o regime militar de uma forma nunca antes vista após a redemocratização, como consequência, na eleição de um candidato declaradamente “favorável à tortura”⁷⁴, que hoje institucionaliza o revisionismo e o negacionismo em suas redes sociais, com o apoio de seus filhos – reeleitos a cargos do poder legislativo federal e também municipal da cidade do Rio de Janeiro – e de seus ministros.

Ao vivenciar debates com alunos que apresentaram discursos simplistas, quando os mesmos minimizavam a violência estatal durante a ditadura – discurso oficializado pelo atual

⁷¹ LEVIN, Florência. Reflexões e perspectivas sobre a história recente argentina. Entrevista concedida a Marlene de Fáveri e Felipe Corte Real de Camargo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 197-211, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1839/0> Acesso em: 20 maio 2021.

⁷² PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. In: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST, 2010. p. 183-201.

⁷³ *Ibidem*, p.189-190.

⁷⁴ Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. **Folha de São Paulo**, 28 mar. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml> Acesso em: 19 jul. 20202

governo federal – presenciei uma escalada das narrativas revisionistas e negacionistas dentro da escola pública. Ao ser instigado por estes debates, tanto em sala de aula quanto nos diferentes espaços públicos, reconheci a necessidade e a urgência em reformular métodos já descritos e estimulados por Hobsbawm, como combater narrativas negacionistas e fortalecer a “luta contra a mentira”, buscando “revelar o passado que controla o presente às ocultas.”⁷⁵ Parafraçando Keila Grinberg: promovendo uma aliança pela ciência.⁷⁶

Tal provocação também nos fez refletir sobre a atual realidade dos professores de História em mais um contexto de radicalização ideológica no país, consideramos que, desde os desdobramentos das jornadas de junho, esses profissionais enfrentam na educação básica um dos piores momentos da história nacional para se comprometerem com a responsabilidade do ensino-aprendizagem. Dentre todos os problemas historicamente relacionados às características próprias do sistema educacional – aspectos psicológicos e sociológicos dos sujeitos ligados à educação; didática e políticas educacionais – a radicalização ideológica de vários grupos vinculados à direita e ao bolsonarismo se tornou um fator determinante para que narrativas revisionistas e negacionistas sobre o regime militar brasileiro ganhassem destaque na sala de aula e nos diferentes espaços públicos. Logo, ao perceber o desenvolvimento da ode à ignorância em um período já marcado pelo crescimento da desigualdade social e da concentração de renda no país,⁷⁷ compreendemos a necessidade de fortalecer a linha de frente desta batalha ao lado de meus colegas professores contra o atraso e o retrocesso que estamos enfrentando na disputa pela verdade e construção da memória de nossos alunos. Para esse fim, buscamos dialogar com alguns trabalhos que compartilham tal preocupação.

Licia Quinan, em sua dissertação intitulada *As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor*, parte do pressuposto de que a memória – enquanto constructo social – dos alunos do ensino médio é construída a partir das demandas do presente. A autora interpreta isso como um passo para desconstruir narrativas que possivelmente sustentam os valores antidemocráticos e de não valorização dos direitos humanos na atualidade,⁷⁸ consequência dos desdobramentos do regime militar no presente, que

⁷⁵ HOBBSAWM, Eric. Luta contra a mentira O inglês Eric Hobsbawm acha que a função do historiador é esvaziar os mitos criados pelos Estados. *Época*, 04 ago. 2003. Entrevista concedida a Luís Antônio Giron. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR59220-6011,00.html>. Acesso em: 28 jun. 2020.

⁷⁶ GRINBERG, Keila. História e negacionismo: e agora ANPUH? *Associação Nacional de História - Anpuh Brasil*. São Paulo, 02 jul. 2020. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2022.

⁷⁷ RIOS, Renata. Pesquisa do IBGE aponta crescimento na desigualdade social em 2019. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 06 maio 2020. Brasil. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/06/interna-brasil,851947/pesquisa-do-ibge-aponta-crescimento-na-desigualdade-social-em-2019.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2020.

⁷⁸ QUINAN, L. *As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor*. 2016. 84f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

mantém estruturas autoritárias na sociedade.⁷⁹ Logo, compreender o papel do professor de História enquanto agente crítico-reflexivo na formação desses jovens, para que estes desconstruam fatores naturalizados que vão contra os princípios democráticos e de valorização dos direitos humanos, além de ser o fio condutor da pesquisa de Licia, busca ressignificar o ensino do período 1964 – 1985.

A necessidade de refletir sobre uma nova didática e apresentar os fatos históricos de forma que transformem o conhecimento científico em conhecimento inteligível é uma das preocupações que precisamos debater com urgência. Sandra Oliveira e Flávia Caimi discutiam, já em 2013, sobre a natureza da aprendizagem da História:

[...] A tarefa mais importante da educação escolar é “ajudar os estudantes a desenvolver as ferramentas intelectuais e as estratégias necessárias para a aquisição do conhecimento (...), aprender é entender, não bastando a memorização de fatos. Apropriar-se de noções e conceitos requer um papel ativo do sujeito aprendente (...). De outra parte, requer da escola (em especial, do ensino da História) a superação dos currículos extensos, que possuem “um quilômetro de extensão e poucos centímetros de profundidade, segundo expressão de Bransford et al. (2007, p. 44).”[...] Advoga-se, nesse sentido, que a aprendizagem escolar propicie condições de os estudantes compreenderem como é produzido o conhecimento histórico e qual é o papel do historiador nessa produção.⁸⁰

Respaldado nessa leitura sobre o ensino-aprendizagem, apresentada pelas autoras, algumas conclusões, apesar de explícitas, precisam fortalecer o debate acadêmico no atual momento de retrocesso em que estamos vivendo, tais como: não naturalizar discursos que corroboram uma visão simplificadora sobre a relação entre omissão de professores e fracasso dos alunos; compreender os impasses, reconhecer as desconstruções e apontar novas perspectivas para o ensino de História na educação básica. É preciso frisar que a Educação como uma função social, assim como os fatores próprios do sistema educacional mencionados anteriormente, é historicamente constituída e ideologicamente alimentada, em cada tempo. Basta lembrar que a educação promovida no início do século XX, no Brasil, estava de acordo com aquela época, ou seja, com as questões psicológicas, sociológicas, de didática e de políticas educacionais que vigoraram naquele período e sob determinados interesses dominantes e contextuais da época. Logo, o processo de ensino-aprendizagem nas aulas de História se

Rio de Janeiro, 2016. p. 13.
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174562/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20profhist%C3%B3ria%20-%20Licia%20Quinan.pdf> Acesso em: 10 maio 2022.

⁷⁹ Ibidem. p. 14.

⁸⁰ OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. A História ensinada na escola: é possível pensar/agir a partir do todo?. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 89-99, jan./jun. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122014000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jul. 2020. p. 91-92.

apresenta enquanto força motriz para o desenvolvimento da criticidade dos indivíduos, a partir da busca pela ampliação da consciência social e da compreensão da realidade de cada sujeito. Em resumo, “para ensinar história a João, é preciso entender de ensinar, de história e de João.”⁸¹

Logo, a disputa pela memória nas salas de aula e nos diferentes espaços públicos é uma urgência! Keila Grinberg afirma que estamos acoçados com esse negacionismo que se apresenta a todo o momento, tateamos algumas respostas, mas não reagimos com a rapidez e ênfase necessária.⁸² Percebemos que, apesar de todos os esforços dos acadêmicos para a produção de debates mais incisivos e de conhecimento pautados em teorias e metodologias responsáveis, as narrativas pseudorrevisionistas e negacionistas que não contribuem quase nada para o debate historiográfico – aliás, retrocede – se multiplicam em uma velocidade muito maior, dominando as várias plataformas da internet e os espaços midiáticos de uma forma instantânea. Sentimos que a mentira, transformada em pós-verdade, ainda tem repercussão pública maior e mais rápida do que a verdade, vide a atual disseminação de notícias falsas (*Fake News*) pelas redes sociais.

Alessandra Gasparotto e Enrique S. Padrós afirmam que existe um debate permanente sobre o período da “Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional” que extrapolou o espaço dos especialistas para se projetar sobre a sociedade brasileira através de constantes polêmicas envolvendo a mídia, militares, autoridades estatais e organizações de direitos humanos, entre outros. A partir disso, reconhecem a importância da escola enquanto local estratégico e privilegiado para compensar, e talvez, reverter o desconhecimento que ainda predomina sobre o período, apesar dos vários agentes e espaços de interação na relação ensino-aprendizagem.⁸³ Porém, além do desconhecimento citado anteriormente, o surgimento de inúmeras fontes que prestam um desserviço à história recente do país nos desafiam a combatê-las de forma crítica, para que narrativas favoráveis que procuram justificar o Golpe de 1964, através de um esboço do contexto internacional, do suposto risco do comunismo no Brasil e também suposto apelo popular pela intervenção – assim como a relativização da ditadura vivida – seja criticada e problematizada de forma que os alunos não adotem tais referências como fonte de verdade absoluta apenas por apresentar uma narrativa sedutora e uma escrita mais conectada com a realidade dos mesmos.

⁸¹ Ibidem. p. 97.

⁸² GRINBERG, Keila. História e negacionismo: e agora ANPUH? **Associação Nacional de História - Anpuh Brasil**. São Paulo, 02 jul. 2020. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2022.

⁸³ PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. In: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST, 2010. p. 183-201. p. 183.

Em suma, precisamos refletir sobre o fortalecimento de nossa *práxis* para que a minimização ou a negação da violência estatal do regime militar não continue gerando e multiplicando narrativas revisionistas e negacionistas em nossa sociedade.

3.1 O álbum de figurinhas enquanto suporte pedagógico

No capítulo anterior, analisamos algumas narrativas revisionistas e negacionistas reproduzidas pelo atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro e por alguns de seus correligionários. Tais narrativas fazem parte de uma mentalidade construída no Brasil – sobretudo no meio militar – que, ao longo dos séculos XX – XXI, ganharam ressonância nos espaços públicos, principalmente nos momentos de ebulição política, sendo os mais recentes: As Jornadas de Junho (2013), O Impeachment de Dilma Rousseff (2016) e as Eleições Gerais de 2018.

Neste contexto em que a extrema direita organizada ganhou força política e despertou a idealização de um passado recente, porém, traumático para o país, surge a necessidade de, enquanto professor, estimular a discussão sobre as permanências e rupturas do regime militar nos espaços públicos com os alunos e, a partir de então, promover uma reflexão sobre período abordando as narrativas revisionistas sob uma análise crítica e combativa. Para isso, este trabalho propõe um álbum de figurinhas intitulado “A Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)” enquanto instrumento didático a ser utilizado nas escolas da educação básica. Porém, como superar os negacionistas com apenas um recurso didático limitado?

De antemão, compreendemos que o negacionismo histórico é um fato social, superá-lo não é a pretensão deste material pois, o mesmo tem como um de seus objetivos ser uma ferramenta lúdica adequada para ser utilizada em conjunto com outros materiais, além de ser prático, compreensível e acessível aos professores e alunos. Sobre o desafio de combater o negacionismo, Marcos Napolitano afirma que:

Uma maneira é a universidade construir canais de conversa com a sociedade. É começar a pensar no que a gente tem chamado de história pública, como criar conexões, desde a produção audiovisual até uma matéria em um jornal. A produção historiográfica nos últimos 40 anos se voltou muito para o público interno das universidades. Um debate só entre pares. É hora de os historiadores começarem a ocupar esse espaço. A gente não é formado para fazer um bom programa de Youtube, um texto rápido e eficaz, somos treinados para escrever textos longos, complicados e chatos. Mas é um desafio que se coloca hoje.⁸⁴

⁸⁴ 'NÃO se pode negar o conhecimento', diz professor de História da USP. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 abr. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/04/28/interna_nacional,1049586/nao-se-pode-negar-o-conhecimento-diz-professor-de-historia-da-usp.shtml Acesso em: 25 jul. 2022.

Em concordância com esta análise, pretendemos utilizar tal instrumento para nortear reflexões sobre revisionismos e negacionismos que talvez, só seriam possíveis em um ambiente acadêmico.

A seguir, apresentamos as características do álbum de figurinhas e as orientações necessárias para a utilização do mesmo em sala de aula, lembrando que, o instrumento didático é um complemento de outros possíveis recursos que o professor possa utilizar para ministrar Ditadura Civil-Militar no Brasil, mas principalmente, negacionismos e revisionismos sobre este período traumático de nossa história. É importante esclarecer que, o docente poderá adequar a utilização do material de acordo com a sua realidade educacional e à sua metodologia de trabalho, seja de forma individual (por aluno) ou coletiva (trabalho dividido em grupos). Tanto o álbum quanto as figurinhas serão disponibilizadas para impressão no link: https://drive.google.com/file/d/10s_YhcZ1BLrwkz9und3Lt42JPLTur2YB/view?usp=sharing

Buscando evitar uma narrativa linear do período em estudo, apresentamos no álbum apenas os subtemas que recebem mais relevância por parte dos revisionistas, sendo eles: a negação e a relativização do golpe, da repressão, da censura, da tortura e da corrupção; ameaça comunista/combate ao comunismo; vontade popular/responsabilização dos civis; negação da ditadura; relativização e legitimação do AI-5; liberdade; segurança e Economia (pleno emprego e período próspero).

3.2 Utilizando o álbum

A princípio, recomenda-se que o professor lecione a temática Ditadura Civil-Militar Brasileira para seus alunos, desenvolvendo as habilidades de identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil; discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade durante o período, seja na produção cultural ou nos aspectos políticos e econômicos; debater o papel da mobilização da sociedade brasileira no final do período ditatorial até a Constituição de 1988, além de discutir questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos ocorridos ao longo do regime autoritário.

A partir de então, o professor poderá escolher entre distribuir uma unidade do álbum para cada aluno ou – por motivos metodológicos e/ou financeiros – dividir a turma em seis grupos, para que cada equipe utilize apenas um exemplar, visto que, a quantidade de subtemas discutidos no material possibilita uma divisão de três tópicos para cada aluno, caso a turma seja composta por trinta e cinco estudantes.

Tomada esta decisão, o professor vai apresentar o material aos discentes e, informá-los que o uso do álbum faz parte de uma atividade lúdica que será utilizada como complemento do que foi estudado sobre o regime militar, sobretudo, colocar em contraposição dois tipos de informações: trechos de discursos negacionistas e/ou revisionistas que são reproduzidos nos espaços públicos por saudosistas da ditadura *versus* trechos de obras historiográficas – ou não – e entrevistas que analisam os subtemas de forma crítica, defendendo o estado democrático de direito e os direitos humanos.

O álbum possui uma capa bem sugestiva relacionada ao seu conteúdo.

Figura 1 - Capa do álbum



Fonte: Adaptado de KNACK; QUEIRÓS (2021) e MELLO (2013)

Os alunos deverão recortar as figurinhas enumeradas que acompanham o álbum, observar o que cada imagem apresenta e, a partir de então, colá-las nos campos em branco correspondentes às mesmas. Diferente dos álbuns de figurinhas tradicionais, os campos onde as imagens deverão ser coladas não serão enumerados, mas, exibirão uma legenda correspondente à cada figura. Entretanto, como os alunos conseguirão identificar qual imagem corresponde àquele campo em branco?

Para isso, o professor deverá orientar aos alunos que, após recortar as figurinhas – impressas em folhas separadas – os mesmos deverão identificar cada uma delas na “lista de imagens”, localizada a partir da página 3. Ao terminar a leitura da lista de imagens, o aluno vai perceber que, a partir da página 8, serão apresentados os subtemas que recebem mais relevância por parte dos revisionistas/negacionistas. Em cada uma destas páginas, haverá uma ordem de três campos em branco com suas respectivas legendas, sendo as três primeiras figurinhas referentes ao primeiro subtema “Negação e relativização do golpe”, da quarta à sexta figurinha

relativas ao segundo subtema “Ameaça comunista /combate ao comunismo” e assim, sucessivamente. Logo, surge outra questão: como exercitar a reflexão crítica sobre as narrativas revisionistas e negacionistas de uma forma lúdica apenas com um álbum de figurinhas? Para isso, a atividade deverá seguir as seguintes etapas:

- 1) Identificar quais figurinhas fazem parte de quais subtemas, com o apoio da “Lista de Imagens” (numeradas), que traz o seguinte aviso: A sequência desta numeração é correspondente às imagens das figurinhas, não ao campo do álbum em que as mesmas deverão ser coladas. O aluno deverá colar as figurinhas nos campos que contenham as legendas correspondentes a cada uma delas, ou seja, a legenda de cada campo trará informações sobre a imagem que deverá ser colada ali, seja uma imagem histórica ou o aviso de “cuidado”.

Figura 2 - Primeira página da lista de figurinhas sequenciadas



Fonte: Autoria própria (2022)

- 2) Ler e interpretar as três legendas apresentadas em cada um dos subtemas;

Figura 3 - Um dos quatorze subtemas discutidos no álbum contendo três campos em branco e suas respectivas legendas



Fonte: Autoria própria (2022)

Vale ressaltar que em todas as páginas de subtemas haverá uma legenda com conteúdo revisionista/negacionista e duas legendas de teor historiográfico.

- 3) Após a leitura das legendas e baseando-se no que foi estudado anteriormente em sala de aula com o professor e/ou com o apoio de outros materiais pedagógicos, o aluno deverá identificar qual é a única legenda que corresponde à narrativa revisionista ou negacionista e colar uma figurinha com a imagem de uma placa de sinalização amarela com os seguintes dizeres: “Cuidado! Revisionismo e/ou Negacionismo Histórico”.

Figura 4 - Figurinha utilizada em todos os campos que apresentam legendas com discursos revisionistas ou negacionistas



Fonte: Autoria própria (2022)

- 4) Após cumprir a etapa anterior, o aluno deverá apenas identificar em qual campo, cada uma das outras duas figurinhas deverá ser colada. Estas duas figurinhas restantes poderão conter alguma imagem histórica, gráfico, charge, etc. que, também deverão ser coladas de acordo com as legendas destinadas a cada uma delas.

Figura 5 - Figurinhas com imagens históricas que deverão ser coladas em seus respectivos campos



Fontes: 50 ANOS... (2014); PIXAÇÃO... (2022)

- 5) Acompanhando – ou não – os alunos nesta atividade em sala de aula, é recomendado que o professor discuta cada subtema com os alunos, tire as dúvidas dos mesmos sobre cada uma das legendas, debata de forma clara e inteligível os trechos das obras historiográficas e também, esclareça de forma sucinta porque uma daquelas três opções é uma narrativa que deturpa ou nega os fatos. Para isso, “o professor tem de ter muito claro o que é uma evidência irrefutável. Por exemplo, por que dizemos que houve tortura? Porque há testemunhas, documentos, provas, evidências;”⁸⁵ O professor poderá também, discutir ou utilizar cada uma das fontes e referências apresentadas a partir das páginas 24 e 29 do álbum.

⁸⁵ 'NÃO se pode negar o conhecimento', diz professor de História da USP. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 abr. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/04/28/interna_nacional,1049586/nao-se-pode-negar-o-conhecimento-diz-professor-de-historia-da-usp.shtml Acesso em: 27 jul. 2022.

Figura 6 - Fontes e referências utilizadas no álbum de figurinhas



Fonte: Autoria própria (2022)

- 6) Terminada a colagem de todas as figurinhas do álbum, o professor poderá fazer junto aos alunos a correção/avaliação da atividade com apoio do “Apêndice A”, onde se encontra o gabarito com o número de cada figurinha e suas respectivas legendas. Caso o docente queira retirar o gabarito, basta não imprimir as páginas 31 e 32 do álbum.

Figura 7 - Gabarito informando o número das figurinhas e suas respectivas legendas



Fonte: Autoria própria (2022)

Trata-se, em suma, de um material pedagógico com trechos de discursos, entrevistas, notas oficiais, textos historiográficos e imagens sobre alguns dos principais tópicos discutidos acerca do período 1964-1985, utilizado como mais uma ferramenta pedagógica pelo professor da educação básica, de modo a permitir a consolidação do conteúdo debatido no ambiente escolar e nos espaços públicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que as narrativas revisionistas e negacionistas propagandeadas por políticos e correligionários do atual Governo Bolsonaro, que defendem, justificam ou negam o golpe de 1964 e as ações assumidas pelo estado durante a ditadura civil-militar, faz parte da atual realidade profissional dos professores de História, assim como permeia os debates sobre o período, seja nos espaços públicos ou em sala de aula, em mais um contexto de radicalização ideológica no país, principalmente em grupos da direita conservadora. Tais discursos são recorrentes desde o golpe, quando os golpistas justificaram o ato como uma forma de impedir o avanço do comunismo no Brasil.

A partir de então, memórias – pró-regime militar – foram construídas e reproduzidas, especialmente ao final da década de 1980. Citou-se como exemplo, os relatórios divulgados entre 1989 e 1991 pelo CIE que, após compilados, se transformaram em uma obra literária publicada em 2012 e que desde então, é utilizada na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Tal material apresenta boa parte das narrativas revisionistas e negacionistas repetidas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus correligionários, em especial, Olavo de Carvalho, uma espécie de guru do conservadorismo brasileiro e da ala ideológica do atual governo federal.

O objeto de estudo apresentado neste trabalho, a partir de uma análise crítica e problematizadora das fontes pseudorrevisionistas – conceito definido por Keila Grinberg para caracterizar a utilização de um suposto revisionismo histórico para cunhar uma tese negacionista – foi observado e discutido a partir de duas correntes historiográficas: a primeira é a História do Tempo Presente, por compreender que o presente dialoga e se ampara na memória construída sobre nosso passado. A segunda corresponde à relação entre Memória e História, por também compreendermos que a história e a memória são conceitos distintos, mas em constante diálogo que, nos permite perceber a influência dos militares na memória social sobre a ditadura.

Porém, discutiu-se anteriormente conceitos básicos para se compreender melhor a essência do objeto de estudo, sendo estes: a revisão historiográfica, que apontamos ser a revisão ou releitura contínua dos acontecimentos passados a partir de novos dados, evidências, documentos, aportes teóricos e critérios metodológicos e, portanto, é uma prática importante para a historiografia. O revisionismo ideológico que, ao contrário da revisão feita a partir do surgimento de novos elementos e, embora não negue o passado, constrói e/ou fortalece narrativas enviesadas do presente para justificar determinados eventos traumáticos ou fatos históricos que foram determinantes, por exemplo, para a formação de um modelo de sociedade desigual. Por fim, explicitamos também, o negacionismo histórico – segundo Vidal-Naquet,

revisãoismo bruto – compreendido enquanto a falsificação do fato, a recusa ou, literalmente, a negação de um determinado acontecimento já comprovado historicamente.

Feito tais discussões, contextualizou-se o crescimento da radicalização política no Brasil a partir das Jornadas de Junho (2013), especialmente entre a direita conservadora que viu na figura de Jair Messias Bolsonaro, seu porta-voz de discursos paranoicos e um representante de seus ideais. Tal efervescência política culminou no processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016 e posteriormente, na eleição de Jair Bolsonaro, ex-capitão do exército brasileiro que contou sobretudo, com os esforços das elites econômicas, orientadas pela possibilidade de aprofundar políticas de austeridade, e também, com o apoio de influenciadores das redes sociais, visto que, as novas redes de comunicação permitiram o crescimento exponencial de Jair nas pesquisas, sem tamanha dependência do apoio partidário ou do tempo de exposição televisiva, como nas eleições gerais anteriores.

Após esta contextualização, apresentamos alguns discursos de Jair Bolsonaro e seus correligionários sobre sete subtemas da ditadura que, frequentemente foram debatidos e construídos desde a redemocratização: o golpe, a suposta ameaça comunista, o apoio popular aos militares, a censura, a tortura, a corrupção e a economia. Porém, percebe-se que algumas das narrativas revisionistas e negacionistas apresentadas não surgiram a partir das Jornadas de Junho ou das eleições gerais de 2018, mas, que agentes do Estado brasileiro deturpam ou negam os fatos históricos desde a primeira metade do século XX com finalidades políticas e ideológicas. Em contrapartida, foram apresentados trechos de obras historiográficas, matérias jornalísticas, entrevistas e artigos de historiadores e pesquisadores, com a intenção de auxiliar o leitor a conhecer, confrontar e desconstruir as narrativas revisionistas por meio da reflexão sobre a construção de memórias da ditadura no Brasil contemporâneo de forma crítica e combativa.

Em complemento, foi produzido e apresentado um material pedagógico na forma de álbum de figurinhas sobre alguns dos principais tópicos discutidos acerca do período 1964-1985, de modo a permitir a materialização do conteúdo, para que tanto o professor da educação básica, quanto os alunos, exercitem suas análises críticas. O material ficará disponível no Google Drive, basta acessar o link configurado na opção “Acesso Geral”, que permanecerá aberto ao público:
https://drive.google.com/file/d/10s_YhcZ1BLrwkz9und3Lt42JPLTUr2YB/view?usp=sharing.

O material foi compartilhado para a utilização de professores e alunos da rede básica de ensino e pode ser utilizado tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio. Após baixar o arquivo configurado em PDF, o interessado poderá imprimir o álbum na forma de apostila

encadernada com espiral, na posição horizontal, em papel sulfite A4 (é aconselhável que as cinco páginas das figurinhas sejam impressas em papel de 120 gramaturas). O custo médio do álbum com as características descritas anteriormente, todo em preto e branco teve um custo de R\$13,00. Em preto em branco, com as cinco páginas das figurinhas coloridas custou R\$16,32 e o álbum com todas as páginas coloridas R\$36,80.

A escolha por fazer o álbum de figurinhas no formato escolhido tem como objetivo diminuir os custos, seja para o professor, aluno ou escola, além de viabilizar a impressão do mesmo, visto que, o tipo de papel escolhido (A4) é sem dúvidas, o mais utilizado em qualquer instituição de ensino. Lembrando que, a escola conta com alguns recursos financeiros, que podem ser utilizados para a impressão dos álbuns como: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) ou o Fortalecimento da Aprendizagem.

Logo, este trabalho realizou a produção de um instrumento pedagógica complementar para ser utilizado pelos professores que estão sentindo, em sala de aula, os reflexos da construção de memórias que ainda questionam os valores democráticos e os direitos humanos. Trata-se, em suma, de compreender que a educação, sobretudo, o ensino de história, tem papel importantíssimo no combate ao negacionismo histórico e ao revisionismo ideológico. Logo, enquanto historiadores e professores de História, principalmente da rede básica de ensino, deve-se buscar – dentro de nossas limitações e possibilidades – combater a mentira, o desrespeito ao trabalho historiográfico, mas principalmente, o desrespeito com os perseguidos e as vítimas da ditadura.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta; BARROS, Luiz Felipe Walter; CARVALHO, Angelita Alves de. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 215-242, ago. 2017. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.112180> Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/112180> Acesso em: 10 maio 2022. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.112180>

AMARAL, Osvaldo E. O que as pesquisas de 1964 mostram sobre apoio popular e golpe. **Ediciones El País**, Madrid, 07 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/07/opinion/1554640987_633381.html Acesso em: 21 jul. 2022.

ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). **Café História: história feita com cliques**. 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. (Humanitas).

AZEVEDO JUNIOR, Aryovaldo de CASTRO; BIANCO, Erica Cristina Vederio. O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil. **EcoPós**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.1-24, ago. 2019. DOI: 10.29146/eco-pos.v22i2.26253 Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/download/5/pdf. Acesso em: 03 dez. 2021. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v22i2.26253>

BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto para Discussão**: IE/Unicamp, Campinas, n. 251, p. 1-22, fev. 2015. Disponível em: eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3386/TD251.pdf Acesso em: 20 maio 2021.

BARRUCHO, Luis. 50 anos do AI-5: os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. **BBC News Brasil**, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213> Acesso em: 22 maio 2022.

BAUER, Caroline Silveira. A ditadura cívico-militar brasileira nos discursos de Jair Bolsonaro: usos do passado e negação. **Relac. Int.**, La Plata, v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204792> Acesso em: 10 maio 2022. <https://doi.org/10.24215/23142766e070>

_____. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

BOLSONARO expõe ao mundo arquitetura do golpe. **Uol notícias**, 18 jul. 2022. Entendendo Bolsonaro. <https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendend-o-bolsonaro/2022/07/19/bolsonaro-expoe-ao-mundo-arquitetura-do-golpe.htm> Acesso em: 20 jul. 2022.

BOLSONARO encontra ex-soldado do regime militar e critica pedidos de anistia: 'Cascata para indenização'. **Jornal O Globo**, 29 fev. 2020. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-encontra-ex-soldado-do-regime-militar-critica-pedidos-de-anistia-cascata-para-indenizacao-24279115> Acesso em: 21 jul. 2022.

BUGIATO, Caio. Burguesia e extrema direita no Brasil: nota introdutória. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. p. 1-432, mar./jun. 2022. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/78422/218275a> Acesso em: 22/07/ jul. 2022. <https://doi.org/10.36517/rcs.53.1.d01>

CAMPOS, João Pedroso de. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. **Veja**, Editora Abril, São Paulo, 04 nov. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/fale-conosco/> Acesso em: 21 jul. 2022.

CARTA de princípios do Movimento Passe Livre. **Movimento Passe Livre**, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/> Acesso em: 27 de jun. de 2020. CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública: uma breve bibliografia comentada. **Café História: história feita com cliques**. 06 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/> Acesso em: 11 ago. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 11.

DATENA, José Luís. Bolsonaro fala sobre reformas e relação com o congresso. **Jornal da Band**, São Paulo, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jQDmFvfS6m4> Acesso em: 22 jul. 2022.

DISCURSO do (a) Deputado (a) Jair Bolsonaro em 10/06/2003 às 15:34h. **Câmara Legislativa**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=111.1.52.O&nuQuarto=48&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:34&sgFaseSessao=GE&Data=10/06/2003&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PTB-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:34&txEtapa=> Acesso em: 25 maio 2022.

DISCURSO do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro em 31/03/2010 às 10:10h. **Câmara Legislativa**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=059.4.53.O&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:10&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=31/03/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final> Acesso em: 13 abr. 2022.

DISCURSO do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP-RJ em 01 abr. 2015. **Câmara Legislativa**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=059.1.55.O&nuQuarto=9&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:24&sgFaseSessao=PE&Data=01/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:24&txEtapa=> Acesso em: 24 jul. 2022.

DISCURSO do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP-RJ em 13/03/2014, **Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=045.4.54.O&nuQuarto=33&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=13/03/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%E7%F5es%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHo> Acesso em: 16 abr. 2022.

DITADURA tratou presos com dignidade, afirma Bolsonaro em vídeo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/ditadura-tratou-presos-com-dignidade-afirma-bolsonaro-em-video.shtml> Acesso em: 21 jul. 2022.

FÁVERI, Marlene de; CAMARGO, Felipe Corte Real de. Reflexões e perspectivas sobre a história recente argentina. Entrevista concedida a. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 197-211, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1839/0> Acesso em: 10 maio 2022.

FELLET, João. Olavo de Carvalho, o 'parteiro' da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias. **BBC News**. 15 dez. 2016. Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897> Acesso em: 11 dez. 2020.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 270.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 33-34.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos específicos: o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 10 maio 2022. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, set. 2004. p. 52. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgTjvSjLYMLN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 maio 2022. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. In: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (orgs.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST, 2010. p. 183-201.

GENERAL Heleno defende ditadura militar brasileira e bate boca com deputada do PSOL. **Isto é Independente**: O dia. Brasília, DF, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/general-heleno-defende-ditadura-militar-brasileira-e-bate-boca-com-deputada-do-psol/> Acesso em: 12 abr. 2022.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o Milagre Econômico (1969/1973)**. 2011. 313f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tdc-30092011-170055/publico/2011_CarlosAlbertoGiannasi.pdf Acesso em: 24 jul. 2022.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Vinicius. A conjuntura política no Brasil apresenta um obscurantismo perigoso para a democracia. **Justificando**: mentes inquietas pensam direito. 12 mar. 2019. Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/03/12/a-conjuntura-politica-no-brasil-apresenta-um-obscurantismo-perigoso-para-a-democracia/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da Sociedade Escravista Brasileira. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia. das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. História e negacionismo: e agora ANPUH? **Associação Nacional de História - Anpuh Brasil**. São Paulo, 02 jul. 2020. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2022.

HOBBSAWM, Eric. Luta contra a mentira O inglês Eric Hobsbawm acha que a função do historiador é esvaziar os mitos criados pelos Estados. Entrevista concedida a Luís Antônio Giron. **Época**, ed. 272, 01 ago. 2003. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG59220-6011,00-LUTA+CONTRA+A+MENTIRA.html> Acesso em: 28 jun. 2020.

KNACK, Diego. Mitos da Ditadura: “Naquele tempo não tinha corrupção...” **História da Ditadura**, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/mitos-da-ditadura-naquele-tempo-n%C3%A3o-tinha-corrup%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 22 jul. 2022.

KNACK, Diego; QUEIRÓS, César Augusto. Apresentação. **Revista Tempo Amazônico**, Macapá, v. 8, n. 2, 2021. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=2128 Acesso em: 10 mar. 2022.

LEAL, Bruno. Historiador explica que não havia risco de “golpe comunista” em 1964. *Café História*, 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiador-explica-que-nao-havia-risco-de-golpe-comunista-em-1964/> Acesso em: 14 jun. 2022.

LEVIN, Florência. Reflexões e perspectivas sobre a história recente argentina. Entrevista concedida a Marlene de Fáveri e Felipe Corte Real de Camargo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 197-211, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1839/0> Acesso em: 20 maio 2021.

LOPES, Débora. A Brasil paralelo não quer que você leia esta entrevista. **The Intercept**. 17 maio 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/05/19/brasil-paralelo-entrevista-historiadora-leandro-ruschel/> Acesso em: 21 jul. 2022.

MATOS, Victor. Documento da CIA sobre Geisel é 'estranhador', diz último coordenador da Comissão da Verdade. **TV Globo**: política, Brasília, DF, 11 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/para-ex-membro-da-cnv-documento-sobre-geisel-e-estranhador-e-forcas-armadas-deveriam-reconhecer-responsabilidade.ghtml> Acesso em: 22 jul. 2022.

MELLO, Kátia. Como fazer um(a) General. **Defesanet**, 07 jun. 2013. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/11097/Como-fazer-um%28a%29-General/> Acesso em: 20 mar. 2022.

MENESES, S. Negacionismos e histórias públicas reacionárias: os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Opsis**, Goiânia, Catalão, v. 19, n. 2, p. 1-9, 2019. DOI 10.5216/o.v19i2.55707 Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/55707> Acesso em: 10 maio 2022. <https://doi.org/10.5216/o.v19i2.55707>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Historia y problemas del siglo XX**, Año 3, v. 3, p. 133-148, 2012. Disponível em: http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03_2012-11-23-webO-07.pdf Acesso em: 20 maio 2022.

'NÃO se pode negar o conhecimento', diz professor de História da USP. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 abr. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/04/28/interna_nacional,1049586/nao-se-pode-negar-o-conhecimento-diz-professor-de-historia-da-usp.shtml Acesso em: 25 jul. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NESTE dia, há 57 anos, a população brasileira, com apoio das Forças Armadas, impediu que o Movimento Comunista Internacional fincasse suastenezes no Brasil. Força e Honra! 31 mar. 2021. Twitter: [@GeneralMourão](https://twitter.com/GeneralMourao). Disponível em: <https://twitter.com/GeneralMourao/status/1377260846301253637> Acesso em: 21 jul. 2022.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. A História ensinada na escola: é possível pensar/agir a partir do todo?. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 89-99, jan./jun. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122014000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100009>

OLIVON, Beatriz. Por que 2013 já é o ano dos protestos no mundo?. **Exame**: Mundo, 05 ago. 2013. Mundo. Disponível em: <https://exame.com/mundo/por-que-2013-ja-e-o-ano-dos-protestos-no-mundo/> Acesso em: 27 jun. 2020.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. In: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST, 2010. p. 183-201.

PAULO GUEDES diz que “militares deixaram o legado de infraestrutura e sem corrupção”. **Uol Notícias**. 01 dez. 2021. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/44587_paulo-guedes-diz-que-militares-deixaram-o-legado-de-infraestrutura-e-sem-corrupcao.html acesso em: 22 jul. 2022.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 maio 2022. <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000300008>

PESQUISA Quaest para presidente: Lula tem 45%; Bolsonaro, 31%; e Ciro, 6%. **CNN Brasil**. 2022. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-quaest-para-presidente-lula-tem-45-bolsonaro-31-e-ciro-6/> Acesso em: 20 jul. 2022.

PESQUISAS apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. **Senado notícias**: CPIs. Brasília, DF, 24 jun. 2021. CPIs. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>. Acesso em: 03 dez. 2020.

PINEZI, Ana Keila; CHESNUT, Andrew. Jair Messias Bolsonaro como novo messias para evangélicos e católicos tradicionais. **Observatório da Imprensa**, Campinas, ed 1017, 11 dez. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/khPtsMi>. Acesso em: 12 dez. 2020.

PROTESTOS pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. **G1**, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>. Acesso em: 27 jun. 2020.

QUINAN, L. **As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor**. 2016. 84f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) -

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174562/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20profhist%C3%B3ria%20-%20Licia%20Quinan.pdf> Acesso em: 10 maio 2022.

REIS, D. A. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Niterói, v. 46, n. 1, e36709, 2020. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.36709>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709> Acesso em: 15 maio 2021. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.36709>

RELEMBRE declarações de tom golpista de Bolsonaro. **Folha Uol**, 29 maio 2022. Galerias. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1734174012519678-relembre-declaracoes-de-tom-golpista-de-bolsonaro> Acesso em: 20 jul. 2022.

RIOS, Renata. Pesquisa do IBGE aponta crescimento na desigualdade social em 2019. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 06 maio 2020. Brasil. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/06/interna-brasil,851947/pesquisa-do-ibge-aponta-crescimento-na-desigualdade-social-em-2019.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ROCHA, Lucas. Áudios mostram que Superior Tribunal Militar sabia de tortura de grávidas na ditadura **Revista Fórum**, 17 abr. 2022. Ditadura. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/2022/4/17/audios-mostram-que-superior-tribunal-militar-sabia-de-tortura-de-gravidas-na-ditadura-113092.html> Acesso em: 22 jul. 2022.

RODRIGUES, Leonardo. "1964: O Brasil Entre Armas e Livros": o que o filme que ameniza ditadura tenta mudar. **UOL Entretenimento**, São Paulo, 05 abr. 2019. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/05/o-que-diz-o-filme-1964-o-brasil-entre-armas-e-livros-que-relativiza-a-ditadura-militar.htm> Acesso em: 21 jul. 2022.

RODRIGUES, Mateus. Ernesto Araújo diz que não houve golpe em 1964 e que movimento dos militares foi 'necessário'. **Tv Globo**. 27 mar. 2019. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/ernesto-araujo-nega-golpe-militar-em-1964-e-diz-que-foi-um-movimento-necessario.ghtml> Acesso em: 08 maio 2022.

ROMERO, Mariza. Entrevista: François Hartog. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 35, n. 70, jul./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70005> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/R54kjdTs9XKkLrs9TRwCWfp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 maio 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70005>

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa de São Paulo - ALESP. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". **Infância Roubada**: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf Acesso em: 22 jul. 2022.

TSE atenta contra as eleições a democracia, diz Bolsonaro. **Poder 360**. 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/tse-atenta-contras-eleicoes-e-a-democracia-diz-bolsonaro/> Acesso em: 20 jul. 2022.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Apresentação - Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de Pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, maio/ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqygYCgFLmDBCNWmVKJ4gd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 maio 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>

VARGAS, Mateus. Bolsonaro minimiza censura na ditadura militar e diz que ações do TSE são mais graves. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2021. Política. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/bolsonaro-minimiza-censura-na-ditadura-militar-e-diz-que-acoes-do-tse-sao-mais-graves.shtml> Acesso em: 21 jul. 2022.

VEJA 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml> Acesso em: 19 jul. 2022.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os Assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1988.

APÊNDICE A – Álbum de figurinhas



**A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA
1964-1985**

Abaixo a ditadura

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA-UFU

Paulo César Macêdo

A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA 1964-1985

Instrumento didático na forma de álbum de figurinhas apresentado ao Programa de Mestrado Profissional do em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/UFU, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ensino de História

Linha da pesquisa: Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão

Orientador: Professor Doutor Cleber Vinicius do Amaral Felipe

Uberlândia/MG
2022.



SUMÁRIO

1 LISTA DE IMAGENS.....	03
2 O GOLPE.....	07
2.1 Negação e relativização do golpe.....	08
2.2 Ameaça comunista / combate ao comunismo.....	09
2.3 Vontade popular / responsabilização dos civis.....	10
3 POLÍTICA.....	11
3.1 Negação da ditadura.....	12
3.2 Negação e relativização da censura.....	13
3.3 Negação e relativização da repressão.....	14
3.4 Negação e relativização da tortura.....	15
3.5 Plena liberdade.....	16
3.6 Relativização e legitimação do AI-5.....	17
3.7 Negação e relativização da corrupção.....	18
4 SOCIEDADE E ECONOMIA.....	19
4.1 Período de plena segurança.....	20
4.2 Economia forte.....	21
4.3 Pleno emprego.....	22
4.4 Período próspero.....	23
5 FONTES.....	24
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICE A- Números de figurinhas e suas respectivas legendas.....	31

LISTA DE IMAGENS

Atenção aluno (a): A sequência desta numeração é correspondente às imagens das figurinhas, não ao campo do álbum em que as mesmas deverão ser coladas. Você deverá colar as figurinhas nos campos que contenham as legendas correspondentes a cada uma delas, ou seja, a legenda de cada campo trará informações sobre a imagem que deverá ser colada ali, seja uma imagem histórica ou o aviso de “cuidado”¹

Imagem 1 - Última Hora, 2 de abril de 1964: “Jango no Rio Grande e Mazzilli empossado”. Jogando a toalha: “Jango dispensa o sacrifício dos gaúchos”.

Imagem 2 - USS Forrestal em 1962, porta-aviões que fez parte da operação Brother Sam em apoio ao golpe de Estado no Brasil em 1964

Imagem 3 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 4 - Bandeiras dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A Guerra Fria foi um dos grandes eventos da segunda metade do século XX, sendo responsável pela polarização do mundo entre os dois países

Imagem 5 - Montagem da famosa imagem de Ernesto Guevara (Che) com o rosto de João Goulart. Apesar da inspiração que a Revolução Cubana causou em muitos jovens de esquerda, João Goulart estava muito longe de ser um revolucionário, como pensavam os militares

Imagem 6 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 7 - Soldados sob o comando do general Mourão Filho se deslocam em 31 de março de 1964 para depor o presidente João Goulart, no estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro.

Imagem 8 - Um tanque de guerra (M41 Walker Bulldog) e outros veículos do Exército Brasileiro próximos ao Congresso Nacional, durante o Golpe de 1964.

Imagem 9 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 10 - Foto do jornal Manchete publicada no livro “68: a paixão de uma utopia” de Daniel A. R. Filho e Pedro de Moraes. Apichação não tem autor identificado

Imagem 11 - Primeira página do jornal O GLOBO no dia seguinte à edição do AI-5 - Arquivo Foto: Arquivo/O Globo.

Imagem 12 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 13 - Jornalistas protestam no Teatro Paramount, em São Paulo, contra a Lei de Imprensa promulgada em 09 de fevereiro de 1967, que estabelece a censura prévia de espetáculos, cinema, rádio e televisão, além de agravar as penas de jornalistas condenados por suposta ofensa às autoridades.

Imagem 14 - Artistas em manifestação nas escadarias do Teatro Municipal do Rio de Janeiro contra a censura. Em 12 de março de 1968, profissionais de teatro e cinema, escritores,

1. O presente álbum de figurinhas utilizado como instrumento didático-pedagógico faz parte do relatório final de pesquisa que compõe a dissertação de mestrado Profissional do em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/UFU intitulada “A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA 1964-1985”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

LISTA DE IMAGENS

arquitetos e artistas plásticos concentram-se com faixas e cartazes nas escadarias do Teatro Municipal do Rio de Janeiro em protesto contra a censura imposta pelo governo. A classe teatral entrou em greve de 72 horas no Rio e em São Paulo.

Imagem 15 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 16 - Edson Luís de Lima Souto (Belém, 24 de fevereiro de 1950 – Rio de Janeiro, 28 de março de 1968) foi um estudante secundarista brasileiro que, com 18 anos, foi assassinado por militares com um tiro à queima-roupa, de uma arma calibre 45. A tragédia aconteceu no restaurante Calabouço durante uma manifestação estudantil com 300 estudantes contra a má qualidade da comida servida neste local. Após o ocorrido, houve greve nacional dos estudantes, 3 dias de luto no Rio de Janeiro e suspensão de espetáculos teatrais. Após três meses do assassinato do estudante, ocorreu a Marcha dos 100 mil, de suma importância entre os protestos contra a Ditadura Militar.

Imagem 17 - Flagrante da violência protagonizada pelas forças policiais na Sexta-Feira Sangrenta, em uma semana que começou com a prisão do líder estudantil Jean Marc von der Weid termina no maior enfrentamento entre policiais, estudantes e população no centro do Rio, que resultaria em 28 mortes.

Imagem 18 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico..

Imagem 19 - O jornalista Vladimir Herzog, no DOI-CODI de São Paulo. Jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro, ele foi levado para prestar depoimento, em 1975. Acabou torturado e assassinado no quartel.

Imagem 20 - Carlinhos, como era chamado, era Filho do jornalista Dermir Azevedo e da pedagoga Darcy Andozia Azevedo, ambos com ligação com grupos de esquerda, na época com um pouco mais de 2 anos, foi preso pela polícia civil do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), na tentativa de chantagear e torturar os pais. Mas o garoto foi também muito torturado, tomou choques elétricos e foi usado como instrumento para machucar sua mãe psicologicamente, em uma sessão cruel e desumana. Em 2013, Alexandre cometeu suicídio, pois era acometido por sequelas desenvolvidas nas torturas que nunca saíram da sua mente.

Imagem 21 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 22 - “A Casa da Morte foi um centro clandestino de tortura e assassinatos criado pelos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira (1964-1985) numa casa na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. Na casa, diversos presos políticos capturados foram torturados e assassinados por militares durante a década de 70, fato que só se tornou conhecido devido às denúncias da única sobrevivente, a dirigente da organização VAR-Palmares Inês Etienne Romeu, que lutava contra a ditadura militar. Ela foi cativa, estuprada e torturada por mais de três meses no local, antes de ser jogada numa rua do subúrbio do Rio quase morta, mas sobrevivendo para contar a história.”

Imagem 23 - A crítica expressa na charge e a referência histórica da música estão relacionadas, respectivamente, ao autoritarismo do governo e à campanha a favor da anistia. “Brasil, ame-o ou deixe-o” é uma das frases-símbolo da propaganda do Regime Militar, ironizado pela charge com a interpretação de que “deixe-o” significava, na realidade, o

LISTA DE IMAGENS

exílio a que eram forçados muitos dos que se opunham ao regime. Já a letra da música de João Bosco e Aldir Blanc faz menção aos exilados que partiram, à luta pela anistia e pelo retorno desses exilados e, aos perigos a que ainda se expunham os opositores do regime

Imagem 24 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 25 - Protesto no Brasil contrário ao bloqueio norte-americano a Cuba, outubro de 1962. A entrada oficial da esquerda brasileira na luta armada se dá a partir de 1967, quando foi criada em Cuba a Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas). O ex-deputado comunista Carlos Marighella, que estava rompendo com o PCB, participa do Congresso da Olas e recebe apoio para preparar a guerrilha rural.

Imagem 26 - Primeira página do Jornal do Brasil dá manchete à decretação do AI-5 e traz, ao lado do título do jornal, metáforas alusivas ao Dia dos Cegos e à previsão do tempo – “temperatura sufocante, o ar está irrespirável”

Imagem 27 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 28 - Somente em uma edição do jornal Movimento foram apontados 2.000 casos de corrupção, a reação do regime militar não foi de apurar e responder uma a uma das denúncias, pelo contrário foi calar e reprimir o jornal com recolhimento da edição, inclusive com uso em algumas cidades de força militar do exército. O título daquele jornal era bastante significativo “GEISEL NUM MAR DE LAMA”

Imagem 29 - Em 10 de Outubro de 1970, começam as obras da rodovia que se tornaria a maior obra inacabada do país. A Transamazônica era a joia do Plano de Integração Nacional, porém, a rodovia, planejada para ligar o Piauí ao Acre, nunca foi concluída. A maior parte da estrada não foi asfaltada, tornando-se intransitável na época das chuvas. Os colonos, que vieram principalmente do Rio Grande do Sul, terminaram isolados e sem assistência para produzir. As obras da Transamazônica atravessaram territórios de 29 povos indígenas.

Imagem 30 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 31 - Na ditadura, a Veja relatou o crescimento da violência urbana em quatro capas. Já eram dessa época os arrastões a prédios, os vigilantes privados e os anúncios de revólver em promoção. VEJA/Reprodução

Imagem 32 - Evolução da taxa de homicídios em São Paulo (mortos por 100 mil habitantes)

Imagem 33 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 34 - Número de pessoas extremamente pobres, em milhões. Análise econômica desde o início da ditadura militar em 1964, medido nos anos finais de cada governo.

Imagem 35 - A economia avançou em alguns aspectos e criou problemas em outros – mas o saldo é negativo. As medidas adotadas pelo regime militar poderiam ter ocorrido sob governos democráticos.

Imagem 36 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo



LISTA DE IMAGENS

histórico.

Imagem 37 - No início da ditadura, a inflação foi controlada, mas às custas das classes mais baixas, os trabalhadores

Imagem 38 - Foto histórica de Antônio Costa que denunciou ao mundo a fome do Brasil durante a Ditadura Militar. Em 8 de julho de 1980, data em que o Papa João Paulo II visitou o Piauí. Naquele dia, uma multidão superlotou a parte sul da pista do Aeroporto de Teresina para prestigiar a visita de Sua Santidade. No meio da multidão, um grupo protestou contra o regime militar que vigorava e contra a fome no Brasil. Os manifestantes estenderam uma grande faixa branca com a frase “Stº Padre, O Povo Passa Fome”

Imagem 39 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.

Imagem 40 - Remarcação de preços durante a hiperinflação dos anos 80 e 90.

Imagem 41 - Aumento da inflação e da dívida externa nos anos 80.

Imagem 42 - Cuidado: revisionismo e/ou negacionismo histórico.



NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DO GOLPE

... o presidente não poderia se ausentar do país sem autorização prévia do Congresso: tratava-se de registrar que o deslocamento (de Jango) se dava dentro do território nacional. Às 2h40min do dia 2 de Abril de 1964, em uma sessão fulminante, mesmo informado de que Goulart estava no país, Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, declarou vago o cargo de presidente da República, sob os protestos de alguns parlamentares do PTB. Pronto: estava consumado o golpe de 1964.

"Vossa Excelência me perguntava se eu considero 1964 um golpe. Eu não considero um golpe. Considero que foi um movimento necessário para que o Brasil não se tornasse uma ditadura. Não tenho a menor dúvida disso. Essa é minha leitura da história"

Nos planos de um golpe para derrubar Goulart, o papel dos Estados Unidos era o de apoiar, caso necessário, o governo de Minas Gerais [...] abastecendo os golpistas, com combustível e munição. A chamada Operação Brother Sam tinha essa missão precípua [...] O governo dos Estados Unidos deu seu total apoio; iria interferir se necessário fosse. Mas o golpe de Estado foi obra de brasileiros, civis e militares.

Os comunistas tinham muita pouca força política naquele momento, embora houvesse, de fato, muitas greves e manifestações lideradas por comunistas, mas isso está muito longe de permitir a suposição de que houvesse qualquer possibilidade de uma revolução comunista no Brasil [...] João Goulart não era comunista e as suas reformas de base eram bastante modestas.

“Há duas visões da História do Brasil. Para mim, não foi golpe, foi contrarrevolução. Se não houvesse contrarrevolução, hoje seríamos Cuba...”

Em meados da década de 1960, três golpes militares de significativa importância mudaram a História da América do Sul. Nos três foi visível a influência determinante da diplomacia norte-americana. A tensão internacional - Estados Unidos versus URSS, ou “comunismo versus mundo livre” - forneceria justamente o álibi ideológico para os militares, que afirmaram com unanimidade ser a democracia “incapaz de conter o comunismo”.

VONTADE POPULAR / RESPONSABILIZAÇÃO DOS CIVIS

"A História brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os quartéis"

Se a preparação do golpe foi de fato "civil-militar", no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis [...] Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar em duas palavras: de uma ditadura militar.

O economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente militar: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independentemente do apoio que estas lhe prestaram. [...] A opção de que foi uma conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros é absoluta.



POLITICA

NEGAÇÃO DA DITADURA

"Vamos colocar a coisa da seguinte forma: em primeiro lugar eu discordo do termo "ditadura" para o período de presidentes militares. Para mim foi um período autoritário, com uma legislação de exceção, em que se teve que enfrentar uma guerrilha comunista e que terminou por levar que essa legislação vigorasse durante 10 anos.»

Muitos daqueles que apoiaram o golpe de Estado não imaginavam que os militares viriam para ficar e que a violência seria a marca do novo regime. Porém, é igualmente fundamental ressaltar que, ainda durante o dia 1º de abril, a violência estava nas ruas. Ela não tardou; não foi algo posterior ao Ato Institucional nº 5, de 1968, sem dúvida um marco para o endurecimento do regime autoritário.

A história comporta sempre muitas interpretações na dependência da época em que se escreve e na dependência da opinião de quem escreve. Agora, é impossível negar os fatos. É impossível ir contra fatos estabelecidos. E, no caso de 1964, houve a interrupção de um mandato de um presidente legítimo, houve cassação de deputados, houve perseguições de toda ordem, houve violências. Então, não se trata de uma reinterpretção, se trata de negar fatos e isso não faz sentido.

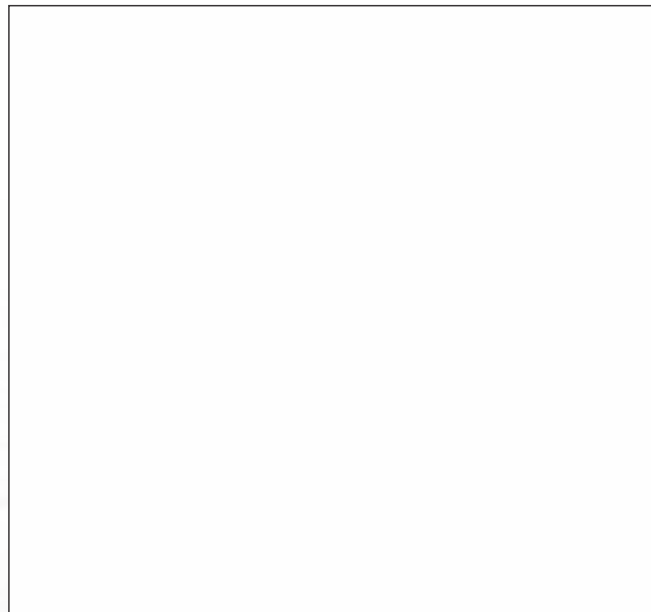
NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DA CENSURA

Houve, ao menos, três momentos repressivos sobre a área cultural: entre 1964 e 1968, o objetivo principal era dissolver as conexões entre a “cultura de esquerda” e as classes populares. O chamado “terror cultural” transformava todos os intelectuais críticos em potenciais subversivos “inimigos da pátria”. Entre 1969 a 1978 o objetivo central era reprimir o movimento da cultura como mobilizadora do radicalismo da classe média (principalmente dos estudantes). O Decreto-Lei no 1.077, de janeiro de 1970, instaurou a censura prévia sobre materiais impressos. No terceiro momento, de 1979 a 1985, teve como objetivo central controlar o processo de desagregação da ordem política e moral vigentes, estabelecendo limites de conteúdo e linguagem. A ênfase do controle censório recaiu “na moral e nos bons costumes”.

A censura à imprensa foi tão sistemática que rotinizou-se e, em muitos casos, acabou sendo absorvida, pelos jornalistas, como etapa regular dos trabalhos diários da imprensa. A imprensa escrita foi uma das grandes vítimas da censura. Era o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) quem comandava essa atividade, orientado pelo ministro da Justiça, ambos atendendo diretrizes gerais ou a pedidos específicos provenientes das diversas instâncias do governo.

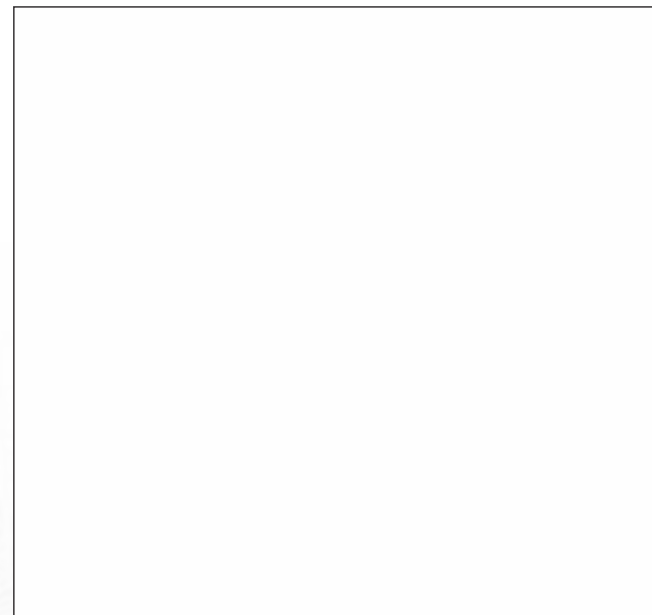
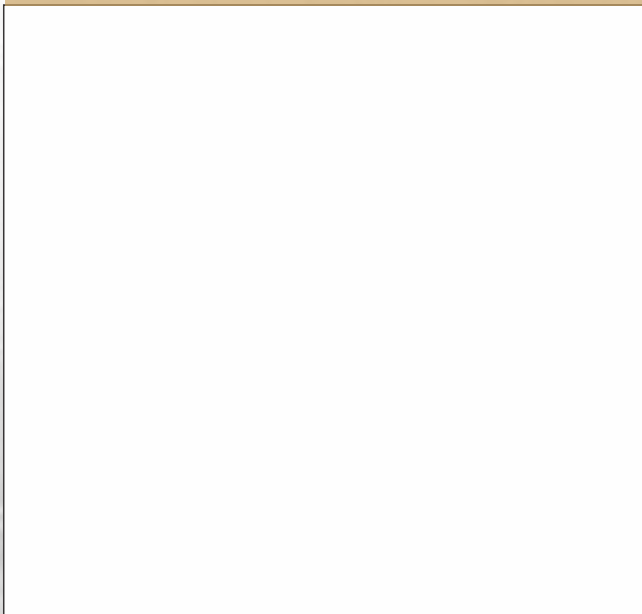
“É óbvio que houve censura no regime militar, mas era uma censura muito pouco profissional. Se botava um guardinha qualquer, de esquina, e até senhoras para fazer censura. Censuravam besteiras. Pornografia”

NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DA REPRESSÃO



Entre as décadas de 1960 e 1980, os opositores políticos ao regime militar — nos seus mais diversos matizes — enfrentaram as forças tremendamente superiores e melhor organizadas da ditadura. Forças que não hesitavam em usar todas as armas — a prisão arbitrária, o assassinato, a tortura, o banimento — contra aqueles que as desafiavam. Nesse contexto, a morte, a prisão, a clandestinidade e/ou o exílio tornaram-se os destinos quase certos dos militantes políticos envolvidos em movimentos de resistência à ditadura.

Os militares no poder procuraram sempre atuar a partir de uma “legalidade autoritária”. Mas para combater qualquer um que contestasse o regime mais diretamente, os chamados “subversivos”, não deveria haver limite jurídico, ético ou moral. Assim, principalmente a partir de 1968, o Estado brasileiro patrocinou uma repressão ao mesmo tempo legal e ilegal, baseada em censura, vigilância, tortura sistemática, prisões ilegais e desaparecimentos.



"A guerra travada por terroristas expandia justificativas para a repressão por parte do Exército. Do outro lado, permitia que o movimento estudantil usasse os mortos em combate para construir a ideia de que a tortura era uma política de estado, fazendo dessa bandeira seu instrumento político e sua publicidade."

NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DA TORTURA

"não era preso político, não. Os terroristas eram tratados no DOI-Codi com toda dignidade, inclusive as presas grávidas. Isso são fatos, histórias verdadeiras."

Houve crianças que foram torturadas para forçar seus pais a denunciarem outros companheiros. Gino Ghilardini, à época, com 8 anos de idade, filho de Luis Ghilardini (1920-1973), comunista assassinado sob torturas no DOI-CODI/ RJ, foi preso juntamente com a mãe, Orandina. Ambos foram torturados. O menino Gino conta que era violentado para o pai falar o que sabia: "Eu ouvia meu pai ali perto gemendo, eu escutava, mas não podia fazer nada". Passados uns dias, Gino foi encaminhado e ficou durante vários meses na Fundação Nacional do Menor no Rio de Janeiro.

Os interrogadores contavam, no exercício de sua profissão, com uma variada gama de métodos e de instrumentos de tortura. Ao lado de incontáveis ameaças - de tortura de cônjuges, filhos e outros familiares, assassinatos e outras formas de coação - os meios preferidos pelos agentes do DOI paulista para provocar dor eram a palmatória, os choques elétricos com a "pimentinha", a "cadeira do dragão", o "pau-de-arara", o empalamento com cabo de vassoura, o "telefone" e a privação de alimentos e de água. Havia muitos outros como o afogamento, as torturas químicas - uso de pentotal sódico, conhecido como "soro da verdade", de aminoácido ou éter -, além de espancamentos de toda a sorte [...] a tortura era aplicada pelos interrogadores e controlada por médicos e enfermeiros.

“PLENA LIBERDADE”

Em 02/05/1967 foi criado o Centro de Informações do Exército (CIE), que seria um dos maiores responsáveis pela repressão, tortura e assassinatos de membros de organizações de esquerda no Brasil. Ligado diretamente ao gabinete do Ministério do Exército, o CIE colaborou para a implantação de centros de tortura em dependências militares e em aparelhos clandestinos de repressão, como a Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), a “boate” de Itapevi e a Fazenda 31 de Março, ambas em São Paulo.

“Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos [...] Lançamos o lema Brasil: ame-o ou deixe-o. Todos tinham liberdade para sair do País, para ir e vir.”

É inegável que a fase pré-AI-5 ainda não era marcada pela censura prévia rigorosa e pelo terror de Estado sistemático contra opositores, armados ou não. [...] Porém, não faltaram momentos de conflito entre o regime e os setores de oposição antes do AI-5, que muitas vezes redundaram em prisões, inquéritos policial-militares e atos censórios a obras artísticas. Mas nada próximo da violência sistemática e do fechamento da esfera pública que ocorreria a partir da edição do AI-5, em dezembro de 1968, inaugurando os “anos de chumbo” que duraram, na melhor das hipóteses, até o começo de 1976. Neste período, a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira.

RELATIVIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO AI-5

“Eu louvo os militares que, em 1968, impuseram o AI-5 para conter o terror em nosso país, ato também apoiado pela mídia, apoiado pelo Supremo Tribunal Federal [...] Mas eu louvo o AI-5 porque, pela segunda vez, colocou um freio naqueles da esquerda que pegavam em armas, sequestravam, torturavam, assassinavam e praticavam atos de terror em nosso país”

No Brasil, antes de 1964, era muito incipiente a organização de iniciativas em direção à luta armada, qualquer iniciativa de organização de grupos guerrilheiros na época foi desbaratada ainda em fase muito embrionária. O que havia eram os movimentos sociais de massa, organização de trabalhadores urbanos e rurais, as ligas camponesas, o movimento estudantil (muito atuante), movimento de artistas com projetos de cultura popular. Entre 1967 e 1968, ao ficar claro que os militares não iriam se recolher tão cedo, começaram as discussões dentro da esquerda sobre mudar a estratégia de luta, já que os canais de participação política legal tinham sido vedados pelo governo, numa ação bastante autoritária. O AI-5 abriu as portas para uma repressão política mais sistemática, já que suprimiu uma série de direitos e garantias legais, ou seja, vai institucionalizar um estado de exceção dentro do que já era uma ditadura. A repressão política começa a se organizar antes do AI-5 e as organizações clandestinas de esquerda também, mas, o grande confronto vai de fato ocorrer após o AI-5, que é um grande marco em termos da legislação autoritária. A repressão política se abateu tanto contra grupos armados, quanto grupos não armados.

O AI-5 representou o fim das maiores ilusões que liberais (políticos civis) ainda tinham sobre a ditadura, pois acreditavam que até o momento, não viviam sob ela, utilizando expressões como “regime autoritário”, “regime fechado” ou “governo passageiro”. O AI-5 teve um impacto na política parlamentar com o fechamento do congresso entre dezembro de 1968 e abril de 1969. Neste período, a ditadura militar cassou 45% dos mandatos dos parlamentares do MDB apenas em nível federal. Vivíamos então, um período ditatorial onde as eleições eram indiretas, que praticamente impossibilitava o MDB de competir, tamanha a força com que o governo utilizava para que o único partido de oposição não tivesse chances de disputá-las, seja através das cassações ou dificultando a criação de diretórios no interior.

NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO

“Não há, hoje, um só militar que tenha enriquecido nessa época. O Brasil passou da 49ª para a 8ª economia do mundo exatamente por causa disso, porque a roubalheira praticamente não existia. E, quando aparecia, a autoridade era cassada pelo saudoso AI-5”

Desde o início o regime militar fracassou no combate à corrupção. As demonstrações de decência pessoal por parte dos generais apresentaram poucos resultados para a vida pública do país. O regime militar conviveu tanto com os corruptos e com sua disposição de fazer parte do governo fosse qual fosse sua natureza política, quanto com a face mais exibida da corrupção, que graças aos dribles na censura foi capaz de chegar às páginas dos jornais e compor a lista dos grandes escândalos de ladroagem da ditadura – como ocorreu, por exemplo, entre vários outros episódios que ficaram célebres, com o escândalo do Instituto Brasileiro do Café; o caso Hanna Mining Company; o caso Delfin; o projeto Jari; a construção da ponte Rio-Niterói e da Transamazônica; a operação Capemi. O próprio Castello Branco descobriu depressa que esconjurar a corrupção era tarefa fácil, prender corrupto era outra conversa.

A ideia de que não houve corrupção na ditadura é um mito. Porque é falsa e não se comprova diante da pesquisa histórica. Pelo contrário, as evidências apontam o fato de que, nos anos de autoritarismo, o problema apenas piorou. Muitos não se lembram de corrupção na ditadura porque havia censura, as ações de combate à corrupção na ditadura tinham cunho arbitrário e de perseguição política, os casos de corrupção que envolviam militares e aliados da ditadura tinham tratamento diferenciado, por último, os militares tinham uma concepção limitada do problema da corrupção.



SOCIEDADE E ECONOMIA

PERÍODO DE PLENA SEGURANÇA

Foi durante a Ditadura Militar que teve início a epidemia de violência no Brasil. Em São Paulo, a taxa de homicídios subiu 390% durante a Ditadura Militar, saltando de 7,2 homicídios por cem mil habitantes, em 1965, para 35,6 em 1985. Os Governos Militares entregaram o país em 1984 com uma taxa de 22 homicídios a cada cem mil habitantes. Apenas durante o Governo do General João Figueiredo, entre 1979 e 1985, os homicídios subiram 28% em todo o país, perdendo apenas para o Governo Sarney, como o Governo com o maior aumento de violência desde o início dos registros nacionais (diferença nas taxas de homicídios durante os governos: Collor, -9; Itamar, +17,8; FHC, +22,3; Lula, -5,8; Dilma, 10,6). Se juntarmos o último governo militar e o primeiro governo civil, ainda antes da Constituição de 1988, o aumento dos homicídios chega a 76%.

“Nos anos seguintes ao dia 31 de março de 1964, a sociedade brasileira conduziu um período de estabilização, de segurança, de crescimento econômico e de amadurecimento político, que resultou no restabelecimento da paz no País...”

“Há um novo crime na praça: mais ambicioso e mais duro. E um novo criminoso, que trocou a cachaca pela maconha, a faca pelo revólver”, dizia a matéria de capa da Veja de 23 de abril de 1969. As principais capitais sentiam crescer a violência urbana – em São Paulo, assaltos a banco saltaram de um em 1965 para 37 em 1968; em um ano, roubos pularam de 150 para 400, e homicídios dolosos, de 280 para 350. Durante a ditadura, a violência urbana cresceu sem parar, e a taxa de homicídio atingiu o nível de epidemia. De 1920 a 1960 a taxa de homicídios esteve sob controle, numa média de 5 mortos a cada 100 mil habitantes – isso apesar de o número de paulistanos ter pulado de 580 mil para 3,8 milhões. Até que a taxa começou a acelerar na década de 1960. Em 1968, já eram 10,4 mortos por 100 mil – nível que a OMS considera epidêmico.

ECONOMIA FORTE

Antes de constatar o fracasso que o modelo econômico do regime militar legou para a década de 1980, precipitando a derrocada do sistema político que lhe deu sustentação, deve-se lamentar que o perfil distributivo tenha tomado a configuração que trilhou ao longo dos anos 1970. Tivemos, aí sim, uma verdadeira “década perdida” para o salário mínimo e para uma distribuição mais justa da renda, tivesse o padrão de acumulação tido uma outra configuração – em favor de um mercado consumidor de massas e de políticas sociais não voltadas apenas para a abertura de novos espaços de acumulação do capital privado. Não foi para isso, porém, que as forças que deram o golpe em abril de 1964 agiram contra a democracia.

A conta do crescimento desenfreado baseado em um alto grau de endividamento ficou para a redemocratização. Ao deixarem o poder em 1984, a dívida representava 54% do PIB segundo o Banco Central, quase quatro vezes maior do que na época em que eles tomaram o poder em 1964, quando o valor da dívida era de 15,7% do PIB. A inflação, por sua vez, chegou a 223%, em 1985. Quatro anos depois, o país ainda não tinha conseguido se recuperar e ostentava um índice de inflação de 1782%. No jargão econômico, costuma-se dizer que os militares deixaram uma “herança maldita”.

“Quanta diferença entre os Governos do PT - o quarto agora - e os cinco Governos militares do passado. No passado havia prosperidade, democracia, liberdade para o povo, crescimento econômico e respeito à família. Hoje, abundam corrupção, violência, desgaste dos valores familiares e uma perfeita tragédia no tocante à economia. Parabéns aos militares de 31 de março de 1964! Minhas homenagens a vocês que transformaram o Brasil realmente numa grande potência.”

PLENO EMPREGO

“Foram 20 anos de pleno emprego, segurança e respeito aos humanos direitos. Passamos da 49ª para 8ª economia do mundo, mesmo com duas crises do petróleo. Só no Governo Médici foram construídas 15 hidrelétricas. Com Geisel e Figueiredo, veio Itaipu Binacional e também Usina de Angra.”

No governo militar, os trabalhadores tiveram aumentos salariais que eram insuficientes para recompor as perdas causadas pela elevação dos preços, reduzindo o poder de compra. Entre 1964 e 1985, o salário mínimo caiu 50% em valores reais, ou seja, já ajustados pela inflação. Foram precisos 30 anos para recuperar o poder salarial dos mais pobres. Esse arrocho salarial aconteceu em parte como resultado da intervenção dos militares sobre os sindicatos, o que diminuiu o poder dos movimentos e de negociação dos operários. Muitas dessas associações foram desmanteladas. Vários dirigentes sindicais foram presos ou substituídos por simpatizantes do regime. O achatamento dos salários diminuiu o custo de mão-de-obra. Além disso, foi reduzida a alíquota máxima do Imposto de Renda, beneficiando os mais ricos, e concedidas várias isenções fiscais ao empresariado.

Ao final de cada balanço econômico, o governo e a burguesia parabenizavam-se pelos números, pelo ‘clima de calma e tranquilidade’ que diziam existir no País e, é claro, pelas altíssimas taxas de lucros obtidos”. O Brasil passa a ser então um país de aparências, onde só eram observados e levados em conta dados da economia industrial pela ótica da burguesia, deixando de lado a análise socioeconômica de quem realizava a real produção interna do país, a massa de trabalhadores assalariados, que se encontrava mais da metade recebendo menos de um salário mínimo, e em péssimas condições sociais e de trabalho, sendo o Brasil um dos primeiros países em assuntos como subnutrição, mortalidade infantil e acidentes de trabalho.

PERÍODO PRÓSPERO

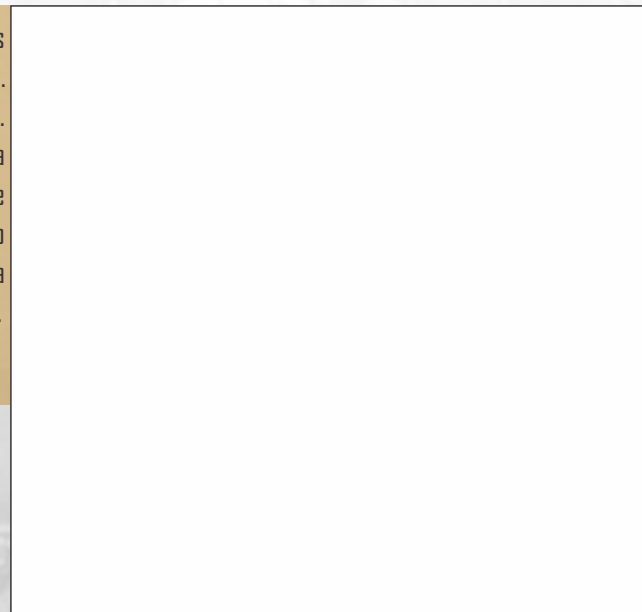
“Sem as obras dos militares o Brasil não existiria. Os Ministros eram escolhidos entre administradores e não entre políticos. O povo ia às ruas não para clamar por educação, já que ela era de qualidade e para todos, inclusive o professor tinha como exercer sua autoridade na sala de aula e era respeitado fora dela. O povo não foi às ruas clamar por emprego, pois ele era pleno; não foi clamar por segurança, porque se vivia em paz; não clamava pelo fim da corrupção, porque ela praticamente inexistia. O povo foi às ruas só, e tão somente, para pedir voto direto para Presidente da República.”



Grande parte desse "milagre" só foi possível graças ao dinheiro internacional. Era uma época de crédito farto no exterior. O capital estrangeiro chegou ao Brasil tanto pelas chamadas multinacionais, que encontraram no nosso país um ambiente mais favorável, quanto por empréstimos tomados de instituições internacionais. Porém, o modelo adotado pelo regime militar se mostrou um "castelo de areia". A inflação, que foi controlada no início, explodiu na segunda metade do regime. Em 1985, o índice anual já batia 231%. Quatro anos depois, durante o governo Sarney, eleito indiretamente pelo Congresso, a inflação chegou a quase 2.000% em 12 meses.



O endividamento subiu de 15,7% do PIB em 1964 para 54% do PIB quando os militares deixaram o poder, em 1984. A dívida externa cresceu 30 vezes. Passou de US\$ 3,4 bilhões em 1964 para mais de US\$ 100 bilhões em 1985. Em 1982, portanto ainda no regime militar, o Brasil quebrou. Começava a crise da dívida, no que se convencionou chamar de "década perdida", que pôs fim ao modelo de forte crescimento do país, sustentado no endividamento externo e políticas desenvolvimentistas como a substituição de importações (relançada posteriormente no governo Lula).



1. RODRIGUES, Mateus. Ernesto Araújo diz que não houve golpe em 1964 e que movimento dos militares foi 'necessário'. Tv Globo: Política, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/ernesto-araujo-nega-golpe-militar-em-1964-e-diz-que-foi-um-movimento-necessario.ghtml> Acesso em: 08 maio 2022.
2. GENERAL Heleno defende ditadura militar brasileira e bate boca com deputada do PSOL. Isto é Independente: O dia. Brasília, DF, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/general-helena-defende-ditadura-militar-brasileira-e-bate-boca-com-deputada-do-psol/> Acesso em: 12 abr. 2022.
3. Vélez: "Não houve golpe em 64" e livros didáticos mudarão. DW: made for minds. 04 abr. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/v%C3%A9lez-diz-que-livros-did%C3%A1ticos-v%C3%A3o-mudar-porque-n%C3%A3o-houve-golpe-em-1964/a-48195188> Acesso em: 12 abr. 2022.
4. MOURÃO minimiza AI-5: 'Passam a ideia que todo dia alguém era cassado, e não foi assim'. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mourao-minimiza-ai-5-passam-ideia-que-todo-dia-alguem-era-cassado-nao-foi-assim-1-24136203> Acesso em: 12 abr. 2022.
5. RODRIGUES, Leonardo. "1964: O Brasil Entre Armas e Livros": o que o filme que ameniza ditadura tenta mudar -- UOL Entretenimento, São Paulo, 05 abr. 2019. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/05/o-que-diz-o-filme-1964-o-brasil-entre-armas-e-livros-que-relativiza-a-ditadura-militar.htm> Acesso em: 14 abr. 2022.
6. RODRIGUES, Leonardo. "1964: O Brasil Entre Armas e Livros": o que o filme que ameniza ditadura tenta mudar. UOL Entretenimento, São Paulo, 05 abr. 2019. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/05/o-que-diz-o-filme-1964-o-brasil-entre-armas-e-livros-que-relativiza-a-ditadura-militar.htm>: Acesso em: 12 abr. 2022.
7. DITADURA tratou presos com dignidade, afirma Bolsonaro em vídeo. --Folha de São Paulo, São Paulo, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/ditadura-tratou-presos-com-dignidade-afirma-bolsonaro-em-video.shtml> Acesso em: 12 abr. 2022.
8. DISCURSO do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro em 31/03/2010 às 10:10h. Câmara Legislativa, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=059.4.53.O&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:10&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=31/03/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final> Acesso em: 13 abr. 2022.
9. CAMPOS, João Pedroso de. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. Veja, Editora Abril, São Paulo, 04 nov. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/fale-conosco/> Acesso em: 23 abr. 2022.
10. DISCURSO do(a) Deputado(a) JAIR BOLSONARO em 31/03/2010 às 10:10h. Câmara Legislativa, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp>

?etapa=3&nuSessao=059.4.53.O&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:10&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=31/03/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final Acesso em: 14 abr. 2022.

11. GOMES, Pedro Henrique. Golpe de 64 gerou “fortalecimento da democracia”, diz ministro em ordem do dia de 31 de março. G1, Brasília, 30 nov. 2022. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/30/golpe-de-64-gerou-fortalecimento-da-democracia-diz-ministro-em-ordem-do-dia-de-31-de-marco.ghtml>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

12. DISCURSO do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP-RJ em 01 abr. 2015. Câmara Legislativa, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=2&nuSessao=059.1.55.O&nuQuarto=13&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:36&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=01/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Sem%20supervis%C3%A3o> Acesso em: 05 jun. 2022.

13. DISCURSO do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP-RJ em 13/03/2014, Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=045.4.54.O&nuQuarto=33&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=13/03/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%E7%F5es%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHo> Acesso em: 16 abr. 2022.

14. DISCURSO do(a) Deputado(a) Jair Bolsonaro, PP-RJ em 13/03/2014, Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=045.4.54.O&nuQuarto=33&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=13/03/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%E7%F5es%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHo> Acesso em: 16 abr. 2022.

15. MAGALHÃES, Mário. Farsa e tragédia: em 19 capas, como a imprensa disse sim ao golpe de 1964. UOL Notícias, 22 out. 2014. Disponível em: <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/10/22/farsa-e-tragedia-em-19-capas-como-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe-de-1964/#comentarios?cmpid=copiaecola> Acesso em: 16 abr. 2022.

16. USS FORRESTAL (CVA-59) navegando no mar em 31 de maio de 1962. Wikipedia, 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/USS_Forrestal_%28CVA-59%29#/media/Ficheiro:USS_Forrestal_\(CVA-59\)_underway_at_sea_on_31_May_1962_\(KN-4507\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/USS_Forrestal_%28CVA-59%29#/media/Ficheiro:USS_Forrestal_(CVA-59)_underway_at_sea_on_31_May_1962_(KN-4507).jpg) Acesso em: 23 abr. 2022.

17. SILVA, Daniel Neves. "Guerra Fria". Brasil Escola, 2022. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/guerras/guerra-fria.htm> Acesso em: 16 abr. 2022.

18. HORTA, Maurício. Mito: os militares impediram um golpe comunista em 1964. SUPER Interessante, Editora Abril, 02 out. 2018. Disponível em:

<https://super.abril.com.br/historia/mito-os-militares-impediram-um-golpe-comunista-em-1964/> Acesso em: 08 maio 2022.

19. AZEDO, Luiz Carlos. Os primeiros passos da ditadura militar começaram em Minas Gerais. Estado de Minas: Política, Belo Horizonte, 31 mar. 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/31/interna_politica,513518/os-primeiros-passos-da-ditadura-militar-comecaram-em-minas-gerais.shtml Acesso em: 08 maio 2022.

20. 50 ANOS do golpe Militar 1964-2014: sessão especial do Senado marca 50 anos do golpe. Senado Federal, fev./mar. 2014. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/50anosdogolpe/noticias.html> Acesso em: 16 abr. 2022.

21. PICHACÃO “Abaixo a ditadura”. Memórias da Ditadura, 2022. Disponível em: https://memoriasdeditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/abaixo_a_ditadura/ Acesso em: 23 abr. 2022.

22. NO PALÁCIO Laranjeiras, Costa e Silva assina o AI-5 e endurece o regime. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 03 jul. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/no-palacio-laranjeiras-costa-silva-assina-ai-5-endurece-regime-8899069> Acesso em: 23 abr. 2022.

23. NOVA LEI criminaliza a livre expressão: Lei de Imprensa determina censura prévia de jornais e espetáculos. Memorial da Democracia, 09 fev. 1967. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nova-lei-criminaliza-a-livre-expressao> Acesso em: 08 maio 2022.

24. TEATROS fazem greve contra a censura: artistas protestam e suspendem espetáculos por três dias no Rio e SP. Memorial da Democracia, 12 mar. 1968. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/teatros-fazem-greve-contra-a-censura> Acesso em: 16 abr. 2022.

25. MEMORIAL Edson Luiz Lima Souto. Memórias da Ditadura, 2022. Disponível em: <http://www.cadel.net.br/2017/03/edson-luis-de-lima-soutobelem-24-de.html> Acesso em: 23 abr. 2022.

26. 28 PESSOAS morrem na sexta-feira sangrenta: com apoio da população, estudantes enfrentam cavalaria da PM no centro do Rio. Memorial da Democracia, 21 jun. 1968. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/sexta-feira-sangrenta-28-mortos-nas-ruas#card-69> Acesso em: 16 abr. 2022.

27. BRANDALISE, Vitor Hugo. Nos porões da memória. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 13 nov. 2017. Disponível em: <https://gq.globo.com/Cultura/noticia/2014/03/nos-poro-es-da-memoria.html> Acesso em: 08 maio 2022.

28. PAVIOTTI, Joel. A triste história do preso mais jovem a ser torturado pela Ditadura Militar. Iconografia da História, 06 nov. 2020. Disponível em: <https://iconografiadahistoria.com.br/2020/11/06/a-triste-historia-do-presos-mais-jovem-a-ser-torturado-pela-ditadura-militar/> Acesso em: 23 abr. 2022.

29. CASA da Morte. Wikipedia, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Morte Acesso em: 23 abr. 2022.

30. QUESTÃO 59: Resolução. Folha UOL, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/fovest/20061203-fgv-resolucao-manha-59.pdf> Acesso em: 16 abr. 2022.
31. UM COMBATE desigual: luta armada (1969 - 1972). Memorial da Democracia, 2002. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/luta-armada> Acesso em: 16 abr. 2022.
32. AI-5 CONFERE poder total aos militares: cai a máscara da ditadura: congresso fechado, STF acuado, fim do habeas corpus. Memorial da Democracia, 13 dez. 1968. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ai-5-confere-poder-total-aos-militares#card-84> Acesso em: 16 abr. 2022.
33. GEISEL, mar de lama da corrupção na ditadura militar. Documentos revelados, Foz do Iguaçu, 21 maio 2018. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/geisel-mar-de-lama-da-corrupcao-na-ditadura-militar/> Acesso em: 08 maio 2022.
34. GOVERNO inicia a transamazônica: Médici começa obras da rodovia que se tornará a maior obra inacabada do país. Memorial da Democracia, 10 out. 1970. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/governo-inicia-a-transamazonica> Acesso em: 23 abr. 2022.
35. HORTA, Maurício. 21 mitos sobre a Ditadura Militar. SUPER interessante, Editora Abril, 01 dez. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/21-mitos-sobre-a-ditadura-militar> Acesso em: 16 abr. 2022.
36. HORTA, Maurício. 21 mitos sobre a Ditadura Militar. SUPER interessante, Editora Abril, 01 dez. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/21-mitos-sobre-a-ditadura-militar> Acesso em: 16 abr. 2022.
37. VAZ, Lúcio. Como era o Brasil durante a ditadura militar? Gazeta do povo, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/politica/numeros-do-brasil-na-ditadura-militar/> Acesso em: 23 abr. 2022.
38. 13 QUESTÕES sobre Ditadura no Brasil: as controvérsias em torno de um golpe dado em nome da democracia – que gerou um regime autoritário de mais de 20 anos. Época: O Globo, 04 abr. 2014. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/ideias/noticia/2014/03/13-questoes-sobre-bditadura-no-brasilb.html> Acesso em: 16 abr. 2022.
39. BARRUCHO, Luis. 50 anos do AI-5: os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. BBC News, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213> Acesso em: 23 abr. 2022.
40. BRANDÃO, Luiz. Morre jornalista do Piauí que denunciou ao mundo a fome no Brasil na Ditadura Militar. Desacato Info, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://desacato.info/morre-jornalista-do-piaui-que-denunciou-ao-mundo-a-fome-no-brasil-na-ditadura-militar/> Acesso em: 16 abr. 2022.
41. RODRIGUES, Henrique. Você lembra da hiperinflação? Há risco dela voltar? Revista Forum, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2021/11/16/voc-lembra-da-hiperinflao-ha-risco-dela-voltar-106243.html> Acesso em: 16 abr. 2022.
42. PACHECO, Carlos. O preço da imprudência: como o

Brasil chegou na hiperinflação. UFRJ Consulting Club, Rio de Janeiro, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www.consultingclub.com.br/post/o-preco-da-imprudencia-como-o-brasil-chegou-na-hiperinflacao> Acesso em: 08 maio 2022.

REFERÊNCIAS

FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. Governos militares na América Latina. São Paulo: Contexto, 2001.

LEAL, Bruno. Historiador explica que não havia risco de “golpe comunista” em 1964. Café História, 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiador-explica-que-nao-havia-risco-de-golpe-comunista-em-1964/> Acesso em: 14 jun. 2022.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, set. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 maio 2022.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'Araujo, Maria Celina (Org.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6725/171.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 maio 2022.

DOMENICI, Thiago. Boris Fausto sobre o golpe de 64: “É impossível negar os fatos”. Publica: Agência de Jornalismo

Investigativo, mar. 2019. Acesso em: 09 maio 2022.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

REPRESSÃO. Memórias da ditadura. 2022. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/repressao/> Acesso em: 11 maio 2022.

ARAUJO Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (Org.). Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho o. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

JOFFILY, Mariana. no centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Orientadora: Maria Aparecida de Aquino. 2008. 349f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, -São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03062008-152541/publico/TESE_MARIANA_JOFFILY.pdf Acesso em: 20 abr. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa - ALESP. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf Acesso em: 15 maio 2022.

PODCAST on Spotify 090: Ditadura Militar: do AI-5 ao fim da Guerrilha do Araguaia, 1968-1974 [Locução D]: Mariana Joffily e Ricardo Duwe. [S.I.]: História FM, 28 mar. 2022. Podcast. FM | Disponível em: <https://anchor.fm/historia->

REFERÊNCIAS

fm/episodes/090-Ditadura-Militar-do-AI-5-ao-fim-da-Guerrilha-do-Araguaia--1968-1974-e1gb054 Acesso em: 21 maio 2022.

KNACK, Diego. Mitos da Ditadura: “Naquele tempo não tinha corrupção...” História da Ditadura, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/mitos-da-ditadura-naquele-tempo-n%C3%A3o-tinha-corrup%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 21 maio 2022.

AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel (Org.). Corrupção: ensaios e críticas. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 503 p. il. – (Humanitas)

HORTA, Maurício. Mito: “na Ditadura Militar, as cidades não eram violentas”. Super, Abril, 28 set. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-na-ditadura-militar-as-cidades-nao-eram-violentas/> Acesso em: 22 maio 2022. BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. MATTOS, Fernando A. Mansor de. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. Texto para Discussão: IE/Unicamp, Campinas, n. 251, p. 1-22, fev. 2015. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3386/TD251.pdf> Acesso em: 20 abr. 2022.

SANZ, Beatriz; MENDONÇA, Heloísa. Ditadura Militar: o lado obscuro do 'milagre econômico' da ditadura: o boom da desigualdade. EL PAÍS: Economia, São Paulo, 28 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html Acesso em: 22/ maio.

BARRUCHO, Luis. 50 anos do AI-5: os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. BBC News Brasil, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213> Acesso em: 22 maio 2022.

PAULINO, Ana Elisa Lara O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. Revista Katálysis [online]. 2020, v. 23, n. 03, pp. 562-571, out. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p562> Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p562>. Acesso: 22 maio 2022.

APÊNDICE A

Números de figurinhas e suas respectivas legendas

A seguir, os números das figurinhas e suas legendas correspondentes, onde cada imagem deverá ser colada.

NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DO GOLPE

(Figurinha 1) “O presidente não poderia se ausentar do país sem...”

(Figurinha 2) “Nos planos de um golpe para derrubar Goulart, o papel...”

(Figurinha 3) “Vossa Excelência me perguntava se eu considero 1964...”

AMEAÇA COMUNISTA / COMBATE AO COMUNISMO

(Figurinha 4) “Em meados da década de 1960, três golpes militares...”

(Figurinha 5) “Os comunistas tinham muita pouca força política...”

(Figurinha 6) “Há duas visões da História do Brasil. Para mim, não foi...”

VONTADE POPULAR / RESPONSABILIZAÇÃO DOS CIVIS

(Figurinha 7) “Se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no ...”

(Figurinha 8) “O economicismo do pensamento político e social na ...”

(Figurinha 9) “A História brasileira mostra que o 31 de março de 1964...”

NEGAÇÃO DA DITADURA

(Figurinha 10) “A história comporta sempre muitas interpretações...”

(Figurinha 11) “Muitos daqueles que apoiaram o golpe de Estado não...”

(Figurinha 12) “Vamos colocar a coisa da seguinte forma: em primeiro...”

NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DA CENSURA

(Figurinha 13) “A censura à imprensa foi tão sistemática que rotinizou-se...”

(Figurinha 14) “Houve, ao menos, três momentos repressivos sobre a...”

(Figurinha 15) “É óbvio que houve censura no regime militar, mas era...”

NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DA REPRESSÃO

(Figurinha 16) “Os militares no poder procuraram sempre atuar a partir...”

(Figurinha 17) “Entre as décadas de 1960 e 1980, os opositores políticos...”

(Figurinha 18) “A guerra travada por terroristas expandia justificativas...”

NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DA TORTURA

(Figurinha 19) “Os interrogadores contavam, no exercício de sua profissão...”

(Figurinha 20) “Houve crianças que foram torturadas para forçar seu...”

(Figurinha 21) “não era preso político, não. Os terroristas eram tratados...”

PLENA LIBERDADE

(Figurinha 22) “Em 02/05/1967 foi criado o Centro de Informações do...”

(Figurinha 23) “É inegável que a fase pré-AI-5 ainda não era marcada...”

(Figurinha 24) “Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período...”

APÊNDICE A

RELATIVIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO AI-5

(Figurinha 25) “No Brasil, antes de 1964, era muito incipiente a organização...”

(Figurinha 26) “O AI-5 representou o fim das maiores ilusões que liberais...”

(Figurinha 27) “Eu louvo os militares que, em 1968, impuseram o AI-5 para...”

NEGAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO

(Figurinha 28) “A ideia de que não houve corrupção na ditadura é um mito...”

(Figurinha 29) “Desde o início o regime militar fracassou no combate à...”

(Figurinha 30) “Não há, hoje, um só militar que tenha enriquecido nessa...”

PERÍODO DE PLENA SEGURANÇA

(Figurinha 31) “Há um novo crime na praça: mais ambicioso e mais duro...”

(Figurinha 32) “Foi durante a Ditadura Militar que teve início a epidemia...”

(Figurinha 33) “Nos anos seguintes ao dia 31 de março de 1964, a...”

ECONOMIA FORTE

(Figurinha 34) “Antes de constatar o fracasso que o modelo econômico do...”

(Figurinha 35) “A conta do crescimento desenfreado baseado em um alto...”

(Figurinha 36) “Quanta diferença entre os Governos do PT - o quarto agora...”

PLENO EMPREGO

(Figurinha 37) “No governo militar, os trabalhadores tiveram

aumentos...”

(Figurinha 38) “Ao final de cada balanço econômico, o governo e a...”

(Figurinha 39) “Foram 20 anos de pleno emprego, segurança e respeito...”

PERÍODO PRÓSPERO

(Figurinha 40) “Grande parte desse “milagre” só foi possível graças ao...”

(Figurinha 41) “O endividamento subiu de 15,7% do PIB em 1964 para...”

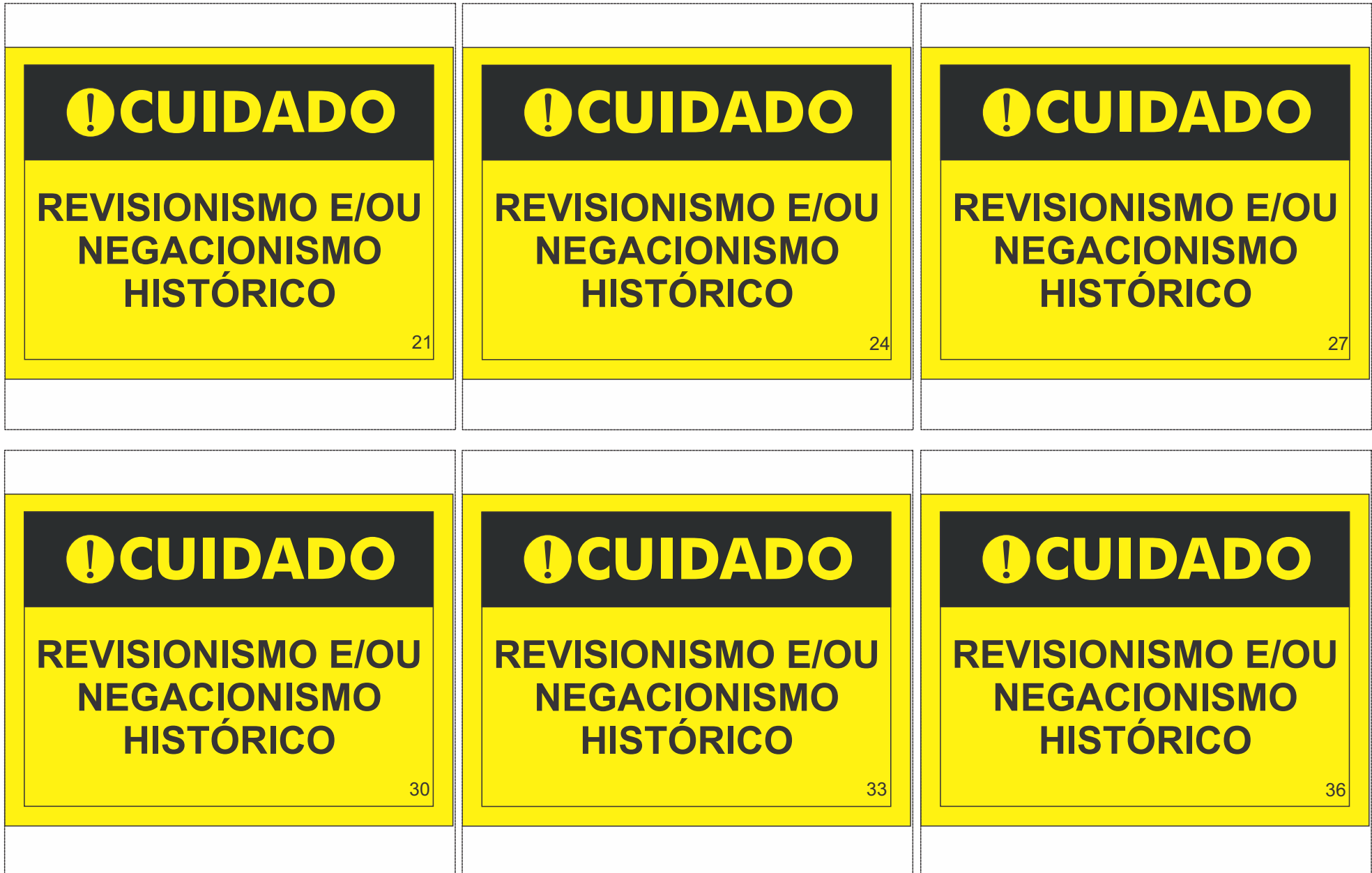
(Figurinha 42) “Sem as obras dos militares o Brasil não existiria...”



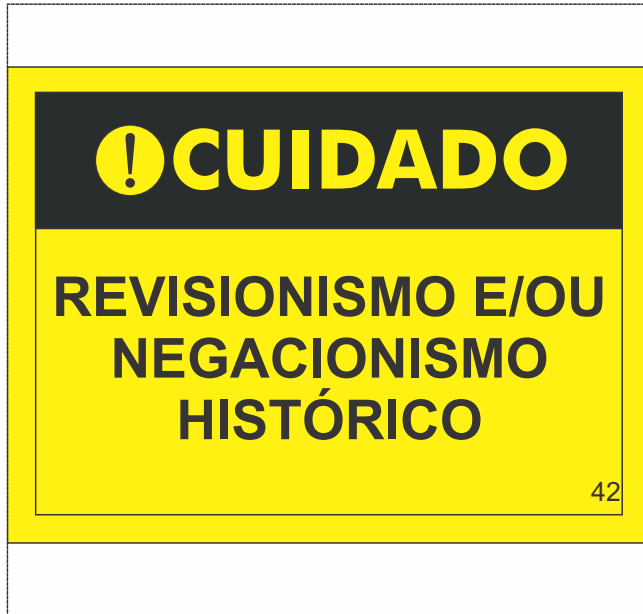
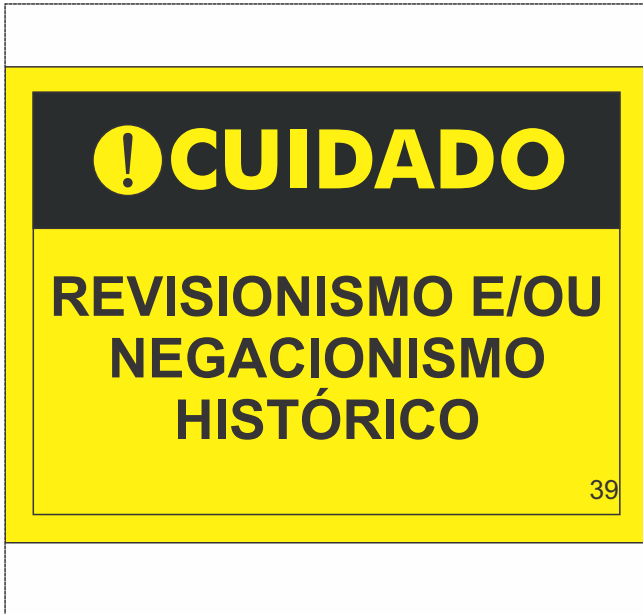
FIGURINHAS PARA IMPRESSÃO:



FIGURINHAS PARA IMPRESSÃO:



FIGURINHAS PARA IMPRESSÃO:



FIGURINHAS PARA IMPRESSÃO:



11

EDITADO O ATO 5

- 1) Congresso em recesso
- 2) Confisco de bens
- 3) Suspensos "habeas" políticos
- 4) Restabelecidas as cassações
- 5) Liquidada a vitaliciedade

É o seguinte: o texto do Ato Institucional nº 5, editado pelo Presidente da República.



O GLOBO
FUNDADO EM 1825

Jato cai no mar: cinquenta mortos



FIGURINHAS PARA IMPRESSÃO:



23

AME-O OU... DEIXE-O

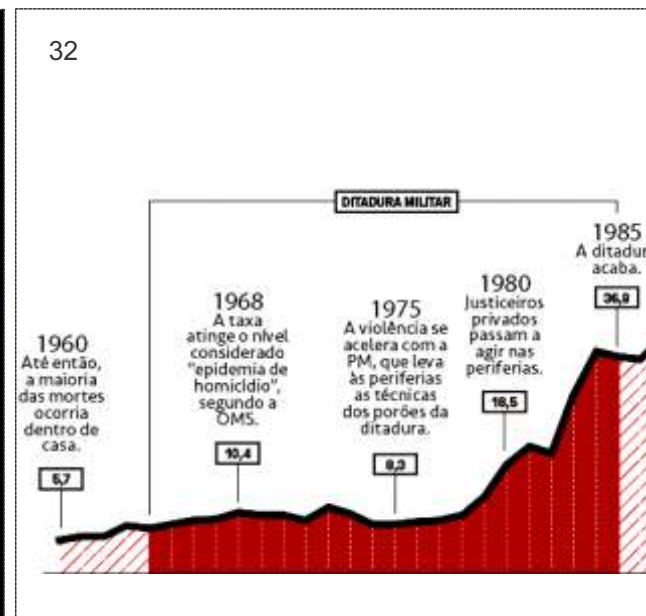
(Ziraldo, in O Pasquim)

(...) meu Brasil,
Que sonha com a volta do irmão do Herfil,
com tanta gente que partiu num rabo de foguete:
chora a nossa pátria-mãe gentil
choram marias e clarisses no solo do Brasil,
Mas sei, que uma dor assim pungente
não há de ser inutilmente a esperança
dança na corda bamba de sombrinha
e em cada passo dessa linha pode se machucar.

(João Bosco e Almir Blanc, O bêbado e a equilibrista)

23

FIGURINHAS PARA IMPRESSÃO:



FIGURINHAS PARA IMPRESSÃO:

